

Direito à Memória e à Verdade

Histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura



Secretaria Especial dos Direitos
Humanos da Presidência da República



Direito à
Memória e à Verdade

Histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura

**Secretaria Especial dos Direitos
Humanos da Presidência da República**

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo Vannuchi

Secretário Adjunto SEDH/PR
Rogério Sottili

Sub-secretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
Carmen Silveira de Oliveira

Coordenadora-geral de Combate à Tortura
Maria Auxiliadora de Almeida Arantes

Coordenadora do Projeto Direito à Memória e à Verdade SEDH/PR
Vera Rotta

Diretora de Cooperação Internacional
Maria do Carmo Reboças da Cruz

Entrevistas, pesquisa e texto
Rosina Duarte

Edição e produção
Vera Rotta, Marô Silva

Projeto gráfico e editoração
Cristina Pozzobon

Revisão
Elaine Lerner, Thais Herdy e Vanice Cioccarri

Fotografias

Paulino Meneses, Ricardo Chaves, Arquivo Nacional, fac simile jornal The Black Panther, arquivo pessoal Ivan Seixas, site Memórias Reveladas, Edi Adams, Denis Albanese, arquivo Pra Frente Brasil, arquivo pessoal Virgilio Gomes Silva Filho, Agência Brasil, site da Nasa, site Wikipédia.

Apoio
Bárbara Brenda Saraiva Barbosa e Jacqueline da Silva

Esta publicação foi feita com base em entrevistas e pesquisa de dados já publicados em matérias jornalísticas, livros, teses, sites e documentários.

B823c Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Direito à Memória e à Verdade: histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura / Secretaria Especial dos
Direitos Humanos. — Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.
120 p. ; 20 cm.

1. Ciência política. 2. Política : Brasil.
3. Ditadura militar : Brasil. 4. Violência política : Ditadura militar : Brasil. 5. Tortura : Ditadura militar : Brasil. I. Título.

CDU 321.64(81)

Catálogo elaborado por:
Evelin Stahlhoefer Cotta — CRB 10/1563

Apresentação	7
Crianças e adolescentes na ditadura	12
Bíblia da tortura	24
Vidas marcadas	36
Adolescentes	38
Famílias	58
Araguaia	80
Condor	90
Ciranda do tempo	104
Fontes	116



As tentativas de apagar de nossas memórias os acontecimentos relacionados à ditadura militar no Brasil produziram uma sensação de apatia e até de indiferença nas novas gerações. Pouco se conhece sobre os porões da ditadura. Os ativistas políticos da oposição clandestina foram vistos como inimigos da ordem pública e apenas um ou outro personagem se tornou reconhecido, mesmo que tardiamente. Além disso, a velocidade do tempo na vida contemporânea e a circulação frenética de informações aumentaram ainda mais a distância desse passado recente.

No entanto, as práticas de tortura não podem ser associadas apenas a um tempo já findo. Os corpos e as almas continuam a ser violados mesmo nos dias de hoje, demonstrando que não podemos considerar os microfascismos como superados.

A publicação deste livro com histórias de meninos e meninas que foram marcados pela ditadura militar nos permite este duplo sentido: de um lado, reavivar a memória e, de outro, chamar a atenção para a necessidade de reafirmação constante dos valores em Direitos Humanos.

Neste livro, são contadas histórias de adolescentes ativistas políticos, bem como o cotidiano de uma infância e adolescência modificadas radicalmente pela opção de seus pais em resistir à ditadura militar. Não se trata aqui de uma contabilidade ressentida de lamentos. Mas de mostrar que, nas trajetórias de vida, é possível entrever uma força positiva que apela para a necessária digestão da experiência. Como diz uma das canções lembradas no livro: *“Perdoem por tantos perigos, perdoem a falta de abrigo, perdoem a falta de amigos, os dias eram assim...”*.

Nestas narrativas, permeadas de afetos controversos, também se consegue visualizar os fios que entrelaçam estes fatos a outros, desvelando as faces perversas da violência absoluta do Estado. Assim, é impossível dissociar as violações dos Direitos Humanos dos políticos perseguidos pela ditadura militar daquelas práticas de tortura recorrentes na vigência do Código de Menores. O filme *Pixote, A Lei do Mais Fraco*, de Hector Babenco, em 1980, colocou a questão no centro do debate político-cultural da época, chamando a atenção para a situação da infância pobre brasileira, condenada ao confinamento em reformatórios degradantes e à perseguição nas ruas. *Pixote* e o ator Fernando Ramos da Silva ganharam repercussão nacional e internacional por terem fundido suas trajetórias reais num mesmo drama da infância marginalizada.

Em 1973, o governo ditatorial tentou, por todos os meios, sufocar a divulgação dos assassinatos, até hoje impunes, das meninas Araceli e Ana Lúcia, ambas de oito anos, violentadas por jovens de ricas famílias mancomunadas com altos escalões do regime. As inúmeras atrocidades vivenciadas pelos adolescentes “*delinquentes*” no sistema Febem nos anos 70 podem ser sintetizadas na chamada Operação Camanducaia, em 1974, quando dezenas de reclusos em centros de triagem em São Paulo foram levados de ônibus até uma beira de estrada, na divisa com Minas Gerais, espancados e jogados de uma ribanceira.

Também é indissociável a ação da Organização Pena de Morte, que atuou em Vitória (ES) entre 1989 e 1990, encoberta por autoridades locais, eliminando a sangue frio “*meninos de rua*”. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já completando três anos de existência, em 1993, o país foi abalado pela Chacina da Candelária, um exter-

mínio que culminou com a morte de oito crianças assassinadas por policiais militares enquanto dormiam, no Rio de Janeiro.

Por sua vez, tais episódios ressoam nas atuais violações dos direitos de adolescentes mesmo no novo sistema socioeducativo, na instrumentalização da infância e adolescência para o crime, na violência policial contra crianças e adolescentes, em exploração sexual ou nos dramáticos e silenciados índices de assassinatos na adolescência e juventude.

Enquanto setores da sociedade ainda insistem em arremessar tudo na lata de lixo da história, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e, em especial, a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, vêm reafirmar o direito à memória e à verdade e sensibilizar as novas gerações para estas reflexões. Na histórica 8ª edição da Conferência Nacional na área, com a maior delegação de adolescentes delegados, nada mais adequado do que favorecer este diálogo intergeracional. Chegou a hora de pedir para as novas gerações responderem ao apelo do poeta: *“Quando brotarem as flores, quando crescerem as matas, quando colherem os frutos, digam o gosto pra mim...”*. Com a palavra, os meninos e as meninas do Brasil.

Carmen Silveira de Oliveira

Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da SEDH/PR

Paulo Vannuchi

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República



Era uma vez...

Quando contarem esta história para uma criança, podem começar, como tantas outras, com a expressão

Era uma vez:

Era uma vez um país onde as pessoas foram proibidas de pensar, falar e fazer o que achavam certo.

Era uma vez um país onde muita gente ia presa, era submetida a torturas e depois assassinada. Até os mais jovens, até os adolescentes.

Era uma vez um país onde crianças e adolescentes foram torturados e privados da proteção de seus pais.

Era uma vez uma história triste que ninguém gosta de ouvir. Mas que precisa ser lembrada, contada e recontada para nunca se repetir.

...

Crianças e adolescentes na ditadura



As crianças e os adolescentes também foram alvos para o regime ditatorial imposto ao Brasil entre 1964 e 1985. Tanto quanto adultos, eram visados e vigiados. Não foram poupados da tortura. Muitos foram mortos. Adolescentes que integraram organizações clandestinas foram tratados com a mesma truculência pelo aparelho de repressão que se espalhou por todo o País. Crianças e até bebês foram utilizados na pressão sobre seus pais nos interrogatórios sob torturas. Os danos infligidos a pais e filhos foram de uma profundidade ainda hoje difícil de avaliar.

Já nos primeiros momentos do Golpe de Estado de 31 de março, o regime bateu de frente com o movimento estudantil, reprimindo passeatas com bombas de gás e cassetetes, além de fechar grêmios e proibir a realização de congressos. Nas manifestações de protesto, morreram Fernando da Silva Lembo, um menino de apenas 15 anos, Jonas de Albuquerque Barros, com 17, e Edson Luiz Lima Souto, que tinha acabado de completar 18 anos e tornou-se símbolo da resistência juvenil. Secundaristas se engajaram, em plena adolescência, nas organizações da resistência clandestina, e muitos participaram em ações de guerrilha. Um dos 140 desaparecidos políticos brasileiros, cujas famílias não tiveram, até hoje, atendido o direito milenar e sagrado de sepultar seus entes queridos,

Marco Antonio Dias Baptista, tinha apenas 15 anos quando foi preso em Goiás, em maio de 1970, provavelmente pela equipe do capitão do Exército Marcus Fleury.

Durante os 21 anos de regime ditatorial, o País foi governado por militares que se orientavam pela chamada Doutrina de Segurança Nacional. Elaborada após a Segunda Guerra Mundial nos centros militares norte-americanos, essa doutrina enxergava o mundo pelo ângulo restrito do conflito capitalismo-comunismo e considerava, grosso modo, que greves operárias, pregações religiosas denunciando a pobreza, mobilizações estudantis, arte engajada e rebeldia juvenil eram, todas, manifestações do “*inimigo interno*” dentro de nossa pátria, a serviço de potências estrangeiras.

Construiu-se um gigantesco sistema de informação, espionagem e repressão política para controlar todas as possíveis manifestações de descontentamento ou exercício crítico. Siglas como SNI, DOPS, Polícia Federal, DOI-CODI foram sendo identificadas, comprovadamente, como aparelhos semiclandestinos que violavam as próprias leis da ditadura, utilizando os métodos mais torpes e hediondos. Mas esse aparelho não poderia existir sem mexer em outros pilares da vida social, como o sistema educacional, a comunicação de massa, o controle da imprensa, exigindo-se um Judiciário subjugado e um Legislativo amordaçado.

Área da Educação

As reformas educacionais introduzidas pelo regime também deixaram marcas nas novas gerações. Por trás delas estava o chamado acordo MEC-Usaid, uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (Usaid), dos Estados Unidos. No ensino básico, uma nova lei fundiu os cursos primário (cinco anos) e ginásial (quatro anos) no chamando Primeiro Grau, com oito anos de duração. Também o Científico e o Clássico desapareceram, dando lugar ao Segundo Grau, com três anos de duração. Na prática, isso resultou em um ano de estudos a menos na média nacional de escolaridade.

Como se não bastasse, diversos conteúdos foram suprimidos em favor de cursos profissionalizantes – destinados a produzir mão de obra para o mercado de trabalho das grandes corporações – e das disciplinas doutrinadoras do pensamento oficial, como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Na universidade, agora chamada Terceiro Grau, os governantes não deixaram por menos.

A necessidade de uma reforma do sistema de ensino superior brasileiro já estava posta antes do golpe de 1964. Ela foi uma decorrência das transformações socioeconômicas ocorridas nas duas décadas anteriores, responsáveis pelo aumento da escolarização entre os filhos da classe média. Até então, os cursos universitários privilegiavam apenas a chamada classe A.

A incapacidade da estrutura universitária em atender essa demanda provocou, no início da década de 60, uma crise no sistema universitário, que passou a ter sua estrutura questionada pelos setores sociais interessados na reformulação. As principais críticas se concentravam na estrutura administrativa e na forma de ingresso dos estudantes.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) promoveu seminários com o objetivo de pensar e propor soluções em vários pontos do país. Entre outras reformulações, os jovens propunham democratizar o acesso e promover uma maior integração entre a sociedade e a universidade, além de criticarem o caráter elitista das instituições. Para os estudantes, a reformulação da universidade deveria estar inserida em um projeto maior de reforma social.

O golpe de 1964 atropelou o debate e impôs reformas autoritárias. Orientado ideologicamente pela Doutrina de Segurança Nacional o plano educacional do regime considerou a educação um “*instrumento*” no processo de desenvolvimento nacional. A reforma universitária preconizada pela lei 5.540/68 trouxe uma visão funcionalista de “*modernização*” do ensino. Norteadas pela lógica das empresas privadas, foi fundamentada pelos preceitos de produtividade e racionalização dos recursos. O modelo norte-americano – considerado símbolo do sucesso alcançado através da modernização – foi o principal parâmetro dos militares brasileiros, que modificaram as regras da educação superior ao seu bel prazer, sem qualquer respeito às discussões promovidas nos anos anteriores pela sociedade.



Uma das primeiras ações da repressão foi a invasão da sede da UNE, na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, e a prisão das lideranças estudantis



Microdicionário

Adolescente: pessoas com idade entre 12 e 18 anos incompletos, considerado pela sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Como existe muita polêmica sobre onde começa e termina a adolescência, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) optou pelo critério etário, sem implicar num juízo sobre maturidade, capacidade ou discernimento.

Criança: pessoas com até 12 anos de idade.

Menor: termo banido do vocabulário de quem defende os direitos da infância, pois remete à Doutrina da Situação Irregular ou do Direito Penal do Menor, hoje revogados. Os termos adequados são criança, adolescente, menino, menina.

Filhos do Estado

Em outra frente – visando as famílias pobres, em especial – a Doutrina da Situação Irregular pregava que a melhor forma de educar e recuperar as crianças envolvidas em delitos era o encaminhamento para os reformatórios e abrigos, portanto, para os braços do Estado. As Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor atendiam a esse fim. Para muitos, a privação do convívio familiar estendeu-se por toda a adolescência, dissolvendo por completo o vínculo parental. Essa doutrina definia um tipo de tratamento e uma política de atendimento que variavam do assistencialismo à total segregação. Sob o arbítrio inquestionável da autoridade judicial, os chamados à época “*menores*” eram submetidos a toda a sorte de violações dos Direitos Humanos.

Apenas com a redemocratização do país, a partir do início dos anos 80, estes conceitos seriam questionados. A atual lei de proteção à infância – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei federal 8.069/90 – é fruto da luta dos movimentos sociais em defesa dos Direitos Humanos. O Brasil aderiu aos princípios consagrados pela Convenção das Nações Unidas, até mesmo antes da sua vigência obrigatória, tornando-se referência mundial no tema.

A proposta da lei chegou à Assembléia Nacional Constituinte na forma de emenda popular. O peso de mais de 1,5 milhão de assinaturas de apoio à mudança da legislação deixou claro o anseio da população em se livrar do que passou a ser chamado “*entulho autoritário*”, que nessa área era representado pelo Código de Menores. Mais do que uma mudança pontual

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

I — ATO INSTITUCIONAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968

O Presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

Considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao país um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

Considerando que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, com o povo brasileiro, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que "não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará" e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

Considerando que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar "a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução", deveria "assegurar a continuidade da obra revolucionária" (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966);

Considerando, no entanto, que atos nitidamente mais distintos setores políticos e culturais, jurídicos, que a Revolução, desenvolveu, a Revolução

na legislação, circunscrita à área da criança e do adolescente, o ECA trouxe uma nova forma de construir uma lei, baseado no debate público e na reflexão coletiva.

A Emenda Popular Criança Prioridade Nacional deu origem ao artigo 227 da nova Constituição Federal, pelo qual fica definido que *“é dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade”*, direitos, entre eles, à vida, à saúde, à alimentação, à educação e ao lazer. Além de colocá-los *“a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão”*. Inaugurou-se no país uma forma completamente diferente de se perceber a criança e o adolescente e que vem, ao longo dos anos, sendo assimilada pela sociedade e pelo Estado. No conceito anterior, existiam duas categorias distintas de crianças e adolescentes: a dos filhos socialmente incluídos e integrados, denominados *“crianças e adolescentes”* e a dos filhos dos pobres e excluídos, genericamente chamados de *“menores”*. Estes eram considerados crianças e adolescentes de segunda classe. A eles se destinava a antiga lei, baseada no Direito Penal do Menor e na Doutrina da Situação Irregular. A partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, as crianças brasileiras, sem distinção de raça, classe social, ou qualquer forma de discriminação, passaram de objetos a *“sujeitos de direitos”*, considerados em sua *“peculiar condição de pessoas em desenvolvimento”*.

Outros importantes preceitos do ECA, que marcam a ruptura com o velho paradigma são: prioridade do direito à convivência familiar e comunitária e, conseqüentemente, o fim da política de abrigamento indiscriminado; priorização das medidas de proteção sobre as socioeducativas, deixando-se de focalizar a política da infância nos abandonados e nos chamados delinquentes; integração e articulação das ações governamentais e não-governamentais na política de atendimento; garantia de devido processo legal e da defesa ao adolescente a quem se atribua a autoria de ato infracional; municipalização do atendimento; só para citar algumas das alterações mais relevantes.

Entretanto, as raízes da Doutrina da Situação Irregular eram tão fortes, que até hoje – passados quase 20 anos da promulgação do ECA e 21 da promulgação da nova Constituição – ainda podem ser percebidas. Elas estão presentes nos atos arbitrários

registrados em instituições de abrigo e nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei; no emprego da mão-de-obra infanto-juvenil nas mais diversas áreas, inclusive nas glamurizadas como a televisão, o mercado da moda e o futebol; na defesa de propostas como a redução da maioridade penal e também nos veredictos judiciais, capazes de inocentar adultos que abusam ou exploram sexualmente meninos e meninas.







Bíblia da tortura



As técnicas de tortura empregadas nos presos políticos brasileiros não traziam o selo “*Made in Brazil*”. Embora diversas formas de tortura tenham sido utilizadas antes, – como na repressão aos opositores de Getúlio Vargas, nos anos 30 – as adotadas pela ditadura de 1964 foram desenvolvidas com base na orientação da School of Americas, uma academia militar norte-americana dedicada à chamada contra-insurgência. Seus manuais somavam 1.100 páginas e eram chamados Técnicas de Interrogatório e Guerra Revolucionária de Ideologia Comunista. Essa bíblia sobre tortura norteou a ação dos militares da *Operação Condor* – uma espécie de Mercosul do terror que articulou os ditadores do Brasil, Chile, Uruguai, Argentina e Paraguai. Mais do que rezeitar, os Estados Unidos também treinaram os latinos para aplicar as técnicas ensinadas.

A regra básica desse catálogo de atrocidades era “*obter informações involuntárias de indivíduos suspeitos de atividades comunistas*”. Entre outros recursos, o exército norte-americano recomendava várias “*motivações*” para coletar informações pretendidas. Intimidação, promessas e recompensas pela delação, detenção sem acusação formal e ameaça de eliminação dos aliados faziam parte das preliminares. Caso este método de coerção não funcionasse, a School of Americas considerava a possibilidade de prisão dos pais, de familiares, de amigos ou de colegas do interrogado.

Frequentemente os supliciados eram examinados por médicos com o objetivo de detectar se aguentariam mais uma sessão. Alguns “*equipamentos*” ficaram famosos como o pau-de-arara (barra onde o prisioneiro era pendurado amarrado pelas mãos e pelos pés, como uma caça), maricota (aparelho para produzir descarga elétrica tocado a manivela), o submarino (tanque com água geralmente suja de excrementos onde submergiam a cabeça dos presos) e cadeira do dragão (um tipo de cadeira elétrica, com assento, apoio de braços e espaldar de metal onde a pessoa era amarrada com as pernas afastadas para trás por uma travessa de madeira, o que fazia com que a cada espasmo causado pelo choque, os membros inferiores batassem violentamente contra a travessa)

Outras técnicas aplicadas na época foram: espancar com palmatórias ou barras de ferro em várias partes do corpo;

Crime contra a humanidade

A tortura é crime e sua proibição é encontrada em diversos tratados internacionais. Em 1948, o artigo V da Declaração Universal dos Direitos Humanos já condenava sua prática e mais tarde, em 1984, a Convenção contra a Tortura, Maus Tratos e Penas Cruéis e Desumanas ou Degradantes confirmou essa postura. Após a redemocratização, o Brasil promulgou, em 1997, sua própria lei (9.455/97). Desde 2006, o Governo Federal mantém um Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, ligado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, cujo objetivo principal é prevenir, denunciar essa prática criminosa.

deixar o prisioneiro durante horas, ou mesmo dias, em pé, encapuzado e, geralmente nu, sobre uma superfície irregular que lancinava os pés; extrair as unhas; asfixiar com sacos plásticos; obrigar o torturado a comer fezes e a beber urina; queimar com cigarro ou com ácido; impedir a pessoa de evacuar ou urinar; interromper o sono com luzes fortes e músicas estridentes; deixar o preso em lugares insalubres com lixo e insetos e sem local para depositar as necessidades físicas; obrigar a assistir as torturas e violações sexuais de outros companheiros e/ou familiares; violar homens e mulheres; quebrar ou machucar membros já feridos; simular fuzilamento e atropelamento; ameaçar familiares e amigos.

O Governo Federal mantém um Comitê de Combate à Tortura, ligada a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Está em processo de elaboração final o Projeto de Lei que o Governo Federal enviará ao Legislativo para instituir o Mecanismo Preventivo Nacional, previsto no Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura, que o Brasil ratificou em 2006. Uma das atribuições desse Mecanismo será a visita não previamente anunciada a locais onde permanecem pessoas privadas de liberdade, como presídios, delegacias, hospitais psiquiátricos, instituições de medidas socioeducativas e quaisquer outros locais onde a pessoa esteja impedida de sair por vontade própria. A responsável pela Coordenação Geral de Combate à Tortura da SEDH, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, constata que esse crime de lesa humanidade não deixou de ser praticado após o fim da ditadura.



O nome do Zorro

Psicóloga e psicanalista, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, avalia ser impossível medir a extensão das sequelas deixadas nos filhos dos militantes políticos, mas sustenta que certamente são devastadoras. Autora de uma tese sobre o tema – *Pacto Revelado, Psicanálise e Clandestinidade Política* – ela também esteve presa durante quatro meses com dois filhos pequenos, viveu dois anos no exílio e 11 na clandestinidade, passando por 19 endereços diferentes.

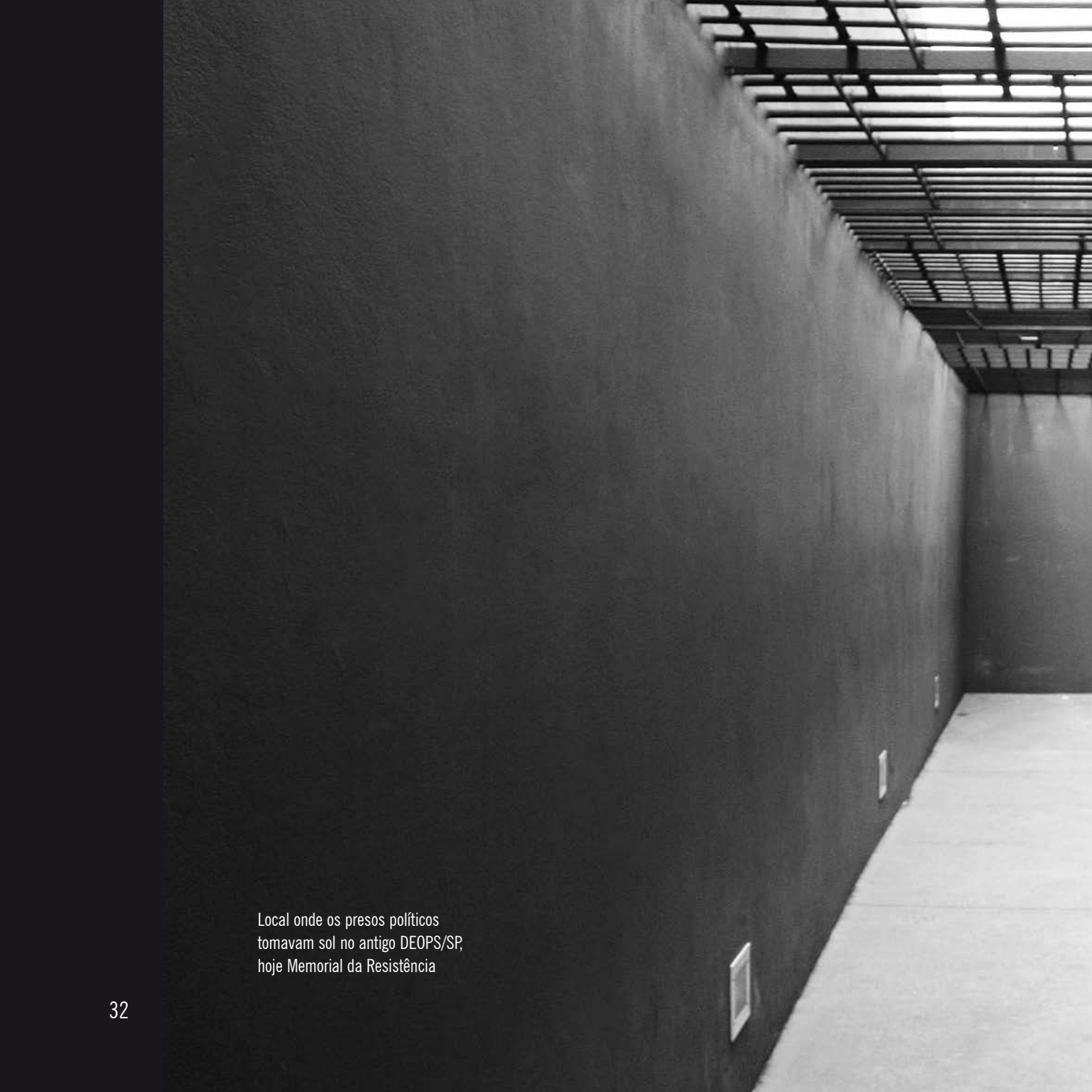
A ditadura roubou parte da história desses meninos e meninas, afirma Maria Auxiliadora. Nenhum dos que tiveram os pais assassinados, clandestinos ou encarcerados, teve direito a desfrutar da convivência familiar e escolar ou mesmo comunitária. Eles não viajavam nas férias, não participavam de jogos nem de festinhas do colégio, relacionavam-se com restrições e por pouco tempo com os vizinhos, conviviam permanentemente com o segredo. Incontáveis fins de semanas eram passados nas cadeias, únicas ocasiões em que podiam ver os pais. Isso sem falar na experiência dos que permaneceram nas celas junto com as mães, como ocorreu com seus filhos, André e Priscila.

A menina tinha pouco mais de dois anos e o menino três, quando toda a família foi sequestrada em casa, no dia da promulgação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, em Pariconha, no interior do estado de Alagoas. Junto com Maria Auxiliadora, passaram pelo DOPS de Maceió, pela Cadeia Pública, pela Escola de Aprendizes de Marinheiros e pelo Hospital da Polícia Militar, onde ficaram trancados em um quarto destinado aos portadores de doenças infectocontagiosas. *“Eles não apenas me acompanharam. Estavam presos junto comigo porque eram submetidos a todas as regras das instituições: não podiam ir à escolinha, nem sair para brincar no pátio. Estavam confinados, privados de liberdade e submetidos a condições degradantes”*, chama a atenção a psicanalista. Durante a prisão, as crianças estiveram gravemente doentes, com furunculose e diarreia. Priscila, com a boca tomada de aftas a ponto de só se alimentar por contagotas. Jamais qualquer um deles recebeu tratamento ou atenção de saúde.

Para um pai ou uma mãe – cuja responsabilidade é proteger os filhos – a situação é igualmente cruel. Apesar disso, a psicanalista lembra ter criado uma espécie de carapaça: *“De certa forma, a gente faz uma negação, elabora uma sensação de que, enquanto estão conosco, ninguém vai lhes fazer mal”*. Por isso ficou branca e com as pernas bambas quando um capitão da Marinha lhe pediu para criar seu filho André. *“Não tenho filhos e já falei com minha mulher. Nós podemos dar um futuro a este menino que você não pode dar”*, propôs. Sua resposta foi pegar os dois filhos e pedir para ser levada de volta para a cela.

Encerrada com as crianças – e, por vezes, ao lado de uma outra presa política com uma filha de sete anos – cumpria uma rotina disciplinada. Pela manhã, depois da higiene possível e do café da manhã, as duas mulheres faziam ginástica, inventavam jogos pedagógicos com tampinhas coloridas e vidros de remédios, brincavam e, sobretudo contavam histórias. No hospital, depois das 16 horas, podiam ficar no pátio onde haviam descarte do lixo hospitalar, com ratos correndo entre as próteses de gesso. Quando todos foram a julgamento, a advogada recomendou que soltassem as crianças para brincar, pular e correr no tribunal. Diante da indignação do juiz devido à barulheira, a representante legal esclareceu: *“Estas crianças também estão presas”*. Só então, foram liberadas.

A maioria dos filhos dos perseguidos políticos não sabia sequer como se chamavam os pais, obrigados a usar nomes falsos devido à clandestinidade. Priscila e André não fugiram à regra. O menino descobriu que seu pai tinha sido batizado como Aldo – e não Roberto – por meio de uma caneta. Tratava-se de uma das únicas recordações do avô paterno e tinha um nome gravado: Galileu da Silva Arantes. *“Como é que meu avô se chama Arantes e você é só Roberto Silva?”*, quis saber o menino. A lenda do Zorro salvou a situação. Para explicar o motivo do nome falso, Arantes lembrou o seriado televisivo do herói mascarado que luta pela justiça, mas precisa usar um disfarce para não ser preso. André entendeu, mas replicou: *“Você não tem cara de Aldo. Tem cara de Roberto”*.



Local onde os presos políticos
tomavam sol no antigo DEOPS/SP,
hoje Memorial da Resistência



Embaixo da mesa

Para uma criança ou mesmo um adolescente, as lembranças são feitas de detalhes: um assovio do pai para anunciar que estava chegando, um grito, um cheiro de papel queimado, uma porta batendo, uma piscada, grades fechando e abrindo, um trecho de música. Coisas sem nome. As lembranças são quase sempre pautadas pela incompreensão: por que não sabiam o nome dos pais, por que eles não tinham profissão, por que foram ficando diferentes – mais tristes, mais ausentes – por que os deixaram com outras pessoas?

As famílias dos ex-presos e perseguidos políticos têm muita dificuldade de falar sobre o que aconteceu. Sentem-se incapazes de perguntar sobre a tortura e os diversos tipos de sofrimento pelos quais seus familiares passaram. *“Nenhuma esposa, nenhum filho, nenhum amigo ou colega pede, de repente, para um militante contar como foi a sua tortura. Ninguém levanta este véu. Mesmo um analista demora muito tempo para que seu analisando lhe conte o que aconteceu”*, esclarece a psicanalista. A tortura faz calar. Apenas nos depoimentos feitos por motivos políticos, as histórias são contadas. Em casa, as informações quase sempre vão sendo vertidas aos poucos para mitigar a angústia dos filhos, mas sem uma abordagem direta e completa do assunto.

Nem Maria Auxiliadora – que é mãe, psicóloga, psicanalista e estudiosa do tema tortura – pode avaliar como tudo isso repercutiu na vida dos filhos. Há pouco tempo ouviu Priscila desabafar: *“Mãe, acho que finalmente estou saindo de debaixo da mesa”*. Ela não compreendeu. Priscila, então, lhe contou que se referia à mesa redonda de oito lugares, coberta por pesada toalha até o chão, onde se escondeu, quando um grupo de agentes da repressão esteve na casa da avó materna, em Belo Horizonte. Do seu esconderijo, a criança ouviu os desconhecidos, sentados em torno da mesa, descreverem as torturas sofridas pelo pai e ameaçarem fazer o mesmo com a mãe, caso a avó insistisse em acobertar o seu paradeiro. Na ocasião, Priscila saiu correndo, enroscando-se nas pernas dos adultos. Na vida, levou mais de 20 anos para deixar o refúgio.

“Aquilo era muito misterioso”

“Nas pessoas normais, a mãe é médica, o pai engenheiro, o pai é advogado. Têm uma profissão, uma coisa estabelecida. Os meus pais não tinham isso. A atividade profissional deles era muito complicada. Não existia uma atividade profissional e sim uma atividade política. Aquilo para mim era muito misterioso. Por isso, a lembrança que eu tenho é de mistério. A minha lembrança de infância é uma lembrança extremamente agradável. O que não era agradável, eu não lembro”

Priscila Arantes é filha de Maria Auxiliadora A. C. Arantes e Aldo Arantes, ex-presos. Seu depoimento foi extraído do documentário *15 Filhos*, de Maria Oliveira e Marta Nehring.

Vidas marcadas



Adolescentes

Os estudantes brasileiros abriram alas na insurreição à ditadura militar. Durante o histórico ano de 1968 realizaram grandes passeatas, reprimidas com bombas de gás, armas de fogo, cassetetes e até tanques de guerra. Por esta época, adolescentes e jovens se tornaram a voz política da luta democrática contra o regime militar, contando com o apoio de boa parte da população. Só recrudesceram após a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro do mesmo ano. O movimento estudantil ressurgiria em 1976, mantendo-se vigoroso até a abertura política, no começo dos anos 80. Nos diretórios acadêmicos jovens impúberes tornaram-se adultos, assumindo mais tarde posições de liderança na guerrilha, nos partidos políticos e em outras frentes de oposição ao arbítrio instaurado no país. Muitos morreram, outros tantos foram torturados e alguns sobreviveram para contar a história.



Cega e delirante

Nilda Carvalho Cunha (1954-1971)

Nilda Carvalho Cunha morreu cega, asfixiada e delirante duas semanas depois de ser libertada. Tinha acabado de completar 17 anos quando caiu presa em Salvador, na madrugada de 19 para 20 de agosto de 1971. Nas mãos dos órgãos de repressão foi torturada a tal ponto que jamais se recuperou. Sua morte nunca foi esclarecida, pois, conforme a versão oficial, um incêndio destruiu o prontuário médico. Dos arquivos militares sumiram também o laudo cadavérico e os registros sobre o ocorrido.

Secundarista e bancária, a baiana Nilda ingressou muito cedo na organização clandestina Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Na mesma época, uniu-se a Jaileno Sampaio, apenas um ano mais velho do que ela. O casal abrigou Iara Javelberg – companheira do chamado “*inimigo público número 1*” do regime naquele momento, o líder revolucionário Carlos Lamarca – quando ela se refugiou na capital baiana. Durante o cerco, Iara foi morta e os dois jovens capturados. A prisão durou cerca de três meses, tempo suficiente para destruir a sanidade da adolescente. No dia 14 de novembro ela morreu entre pesadelos e delírios.

Emiliano José e Oldack Miranda relatam no livro *Lamarca, o Capitão da Guerrilha* – levado ao cinema por Sérgio Rezende – um fragmento do terror vivido por Nilda na prisão: “(...) *Você já ouviu falar de Fleury? Nilda empalideceu, perdia o controle diante daquele homem corpulento. – Olha, minha filha, você vai cantar na minha mão, porque passarinhos mais velhos já cantaram. Não é você que vai ficar calada (...). Mas eu não sei quem é o senhor... – Eu matei Marighella. Ela entendeu e foi perdendo o controle. Ele completava: – Vou acabar com essa sua beleza – e alisava o rosto dela. Ali estava começando o suplício de Nilda. (...). Ela ouvia gritos dos torturados, do próprio Jaileno, seu companheiro, e se aterrorizava com aquela ameaça de violência num lugar deserto. Naquele mesmo dia vendaram-lhe os olhos e ela se viu numa sala diferente, quando pode abri-los. Bem junto dela estava um cadáver de mulher: era Iara, com uma mancha roxa no peito, e a obrigaram a tocar naquele corpo frio (...)*”.

Após ser liberada, Nilda foi ao quartel-general acompanhada da mãe, dona Esmeraldina. Queria autorização para visitar Jaileno, mas não conseguiu. Na saída, quando descia as escadas, começou a gritar: “*Minha mãe, me segure que estou ficando cega*”. Logo queixou-se de falta de ar e começou a chorar. A partir daí entrou em depressão, foi perdendo o equilíbrio, passando por crises de cegueira, desmaios, ataques de choro ou riso sem motivo. Ficava horas com o olhar perdido e recusava-se a dormir porque temia morrer durante o sono. – “*Eles me acabaram*”, costumava repetir.

No dia 4 de novembro, Nilda chegou a ser internada na Clínica Amepe, em Salvador. Na ocasião, o major Nilton de Albuquerque Cerqueira irrompeu no seu quarto e, na presença da mãe, ameaçou Nilda. Disse-lhe que parasse com suas “*frescuras*”, caso contrário, voltaria para o lugar que sabia bem qual. A visita indesejada contribuiu para agravar o estado de Nilda. Transferida para o Sanatório Bahia, faleceu. No seu prontuário consta que não comia, via pessoas dentro do quarto – sempre homens, soldados –, repetindo incessantemente que estava ficando roxa e ia morrer. A causa da morte jamais foi desvendada. No atestado de óbito consta “*edema cerebral a esclarecer*”. Esmeraldina Carvalho Cunha – incansável em denunciar a morte da filha como consequência das torturas – apareceu morta em sua casa, cerca de um ano depois. Buscando documentar o processo de Nilda, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos realizou diversas diligências. Mas os documentos mais importantes, capazes de relacionar os males de Nilda com a tortura, tinham desaparecido.



Do sonho ao pesadelo

Marco Antônio Dias Baptista (1954-1970)

Waldomiro Dias Baptista – Mirinho, como é conhecido em Goiânia, onde vive – foi assombrado durante muitos anos por um pesadelo: ele tentava salvar o irmão mais moço, Marco Antônio, de algum perigo, mas este sempre lhe escapava das mãos. O sonho mau é o espelho dos seus sentimentos. Na adolescência, ambos idealizaram

um mundo justo e lutaram por ele na organização Vanguarda Armada Revolucionária Palmares – VAR-Palmares. Mirinho sobreviveu, Marco Antonio sumiu sem deixar rastros, aos 15 anos, tornando-se o mais jovem desaparecido político brasileiro. Os Baptista tinham mais cinco irmãos e pertenciam a uma família de classe média baixa. Ambos debutaram no movimento estudantil protestando contra a morte de um agricultor e eram pouco mais do que crianças quando entraram para a clandestinidade. Marco, apelidado Chinês, costumava andar com o Livro Vermelho de Mao Tsé-Tung (líder da revolução chinesa) debaixo do braço. Mirinho preferia Trotsky (revolucionário soviético).

Precoce, Marco filiou-se à Frente Revolucionária Estudantil, ligada à VAR-Palmares. Ainda estudante secundarista do Colégio Estadual de Goiânia, tornou-se dirigente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), onde liderou protestos e um congresso da entidade realizado em Salvador (BA), em 1968. Apesar da pouca idade, também trabalhava. Pela manhã, dava aulas particulares de inglês e português e, à tarde, cumpria expediente na Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás. Ainda achava tempo para praticar halterofilismo.

Mergulhados na militância, tanto Marco quanto Mirinho tornaram-se clandestinos. Com os órgãos de repressão nos calcanhares, o mais velho dos Baptista acabou se entregando. Recusou-se, porém, a participar do humilhante espetáculo da retratação pública, que consistia em declarar arrependimento em frente às câmeras de televisão. Marco desapareceu em um dia impreciso de maio de 1970. As pesquisas sobre seu sumiço, inicialmente, indicaram que ele fora visto pela última vez em Porto Nacional – à época pertencente ao estado de Goiás, hoje Tocantins – entre março e abril do mesmo ano. Um colega de militância declarou, mais tarde, tê-lo encontrado em uma praça de Araguaina, no mês de maio. Segundo declarações do médico Laerte Chediak ao jornal *Tribuna Operária*, em 1981, Marco Antônio teria sido detido em maio de 1970 pelo “*Grupo do capitão Marcus Fleury*”, conhecido torturador. Conforme esta versão, Marco fugiu ao ser liberado para visitar a família.

Mirinho, por sua vez, passou de militante da esquerda a ativista do movimento hippie, que pregava Paz e Amor. Mas seu espírito não foi pacificado. Voltou-se, então, para a busca dos restos mortais de Marco Antônio. Vinculado ao grupo Tortura Nunca Mais, fez plantão diante da Casa da Dinda, onde residia o presidente da República de então, Fernando Collor

de Mello, e abordava-o durante as corridas matinais. Também costurou uma bandeira verde-amarela de quatro metros com rostos de desaparecidos. E cutucou a todas as pessoas da cena política, capazes de influenciar na abertura dos arquivos do DOPS. Em sua busca, chegou a alimentar a louca ilusão de que o mítico Subcomandante Marcos – dos guerrilheiros mexicanos de Chiapas – poderia ser o irmão.

Em setembro de 2005, a Justiça Federal de Goiás deu prazo de 90 dias para que a União entregasse a ossada de Marco Antônio a sua mãe, Maria de Campos Baptista, autora de uma ação judicial vitoriosa e, em audiência reservada, explicasse as circunstâncias que envolveram a prisão e morte do estudante. A União foi condenada, ainda, a pagar uma indenização à família. Durante os trâmites judiciais, Maria contou ter mantido a porta da casa sempre aberta, durante anos e anos, na esperança de que o filho um dia retornasse. Aos 78 anos, Dona Santa, como era conhecida em Goiânia, guardava esperanças de enterrar Marco Antônio no jazigo da família. Não conseguiu. Ao voltar para casa, após audiência com o vice-presidente José Alencar, em fevereiro de 2006, em Brasília, ela faleceu em um acidente rodoviário na BR-060, no trecho conhecido como Sete Curvas.

Bala na cabeça

Fernando da Silva Lembo (1952-1968)

No dia 21 de junho de 1968, os estudantes cariocas saíram às ruas para protestar contra os abusos da ditadura militar. Gritavam palavras de ordem, portavam faixas e cartazes, mas nenhuma espécie de arma. Entre os manifestantes, marchava Fernando da Silva Lembo, um menino de apenas 15 anos que, como tantos, queria viver em um país livre. Apesar da pouca idade, já trabalhava como comerciário. As esperanças de Fernando, entretanto, terminariam ali na passeata, onde foi baleado na cabeça pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. Ferido de morte, Lembo foi levado para o Hospital Souza Aguiar. Lá, permaneceu em estado de coma até falecer, em 1º de julho.



O jornalista Ivan Seixas fala sobre a violência da ditadura diante da foto de seu pai, morto sob tortura

Mentira no pau-de-arara

Ivan Seixas aprendeu a mentir no pau-de-arara. Nos seus 16 anos de vida sempre fora ensinado pelo pai – Joaquim Alencar de Seixas – a falar a verdade. O mesmo pai que naquele momento era torturado a poucos metros, na chamada “cadeira do dragão”. Ao serem presos juntos, Joaquim revogara o velho conselho: “*Agüenta firme. Não fala*”. Foram as últimas palavras que Ivan ouviu dele. Poucas horas depois, o pai seria assassinado por agentes do DOI-CODI, que também saquearam a casa da família e encarceraram sua

mulher Fanny e as duas filhas, Ieda e Iara. Ivan passaria os próximos seis anos – ou seja, toda a sua adolescência e parte da juventude – na prisão, sem julgamento.

O operário paraense Joaquim Alencar de Seixas foi perseguido e demitido inúmeras vezes, por conta das suas convicções políticas, desde o governo de Getúlio Vargas. A militância obrigou a família a se mudar permanentemente de cidade, mas, quando pai e filho foram presos, todos viviam em São Paulo. Desde bem cedo, Ivan o acompanhava nas atividades políticas. Por isso, ambos militavam no Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) quando foram presos em 16 de abril de 1971.

Levados para a 37ª Delegacia de Polícia e depois para as dependências do Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo – o DOI-CODI – pai e filho foram espancados a ponto de se romperem as algemas que os unia. Depois, os agentes os torturaram juntos. Apesar da dor, o cérebro de Ivan trabalhava sem trégua: *“Não posso falar. O meu pai está ouvindo. O que ele vai pensar de mim?”*. Ao mesmo tempo, seu corpo esgotava os limites. Assim, veio a idéia de mentir. *“Preciso falar, mas não a verdade”*, pensou. E forneceu a informação de um ponto falso.

O alívio durou pouco. Ao descobrirem o engano, os agentes, redobram a violência. Com os nervos e o corpo em frangalhos, o menino desatou a rir. *“Claro que era um ponto frio, seus babacas”*, gritou, com a temeridade própria das pessoas muito jovens ou dos que não têm nada a perder. Levado outra vez para a sala de interrogatório, Ivan avisou o pai. Nenhuma palavra foi dita entre eles, mas pelo olhar, ambos dialogaram. Os olhos do filho comunicaram: *“Não falei, não te decepcionei”*. E ambos sentiram orgulho um do outro.

Até hoje Ivan – jornalista, diretor do Fórum dos Ex-Presos Políticos de São Paulo, membro do Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana (Condepe) e integrante do Núcleo de Preservação da Memória Política – conserva esse sentimento. Mas ele quase nunca fala sobre sua experiência. Nem para a filha de 15 anos, nem durante as palestras sobre a ditadura e suas consequências, proferidas em escolas e universidades. Diante de garotos e garotas da mesma idade que ele tinha ao ser preso, adota o tom coloquial dos contadores de história. Começa falando na Guerra Fria, entre comunistas e capitalistas, comenta sobre as lutas de classe, explica o cenário

brasileiro na época do golpe de 64, discorre sobre a ilegalidade do governo ditatorial e faz questão de esclarecer: *“Não sou herói. Sou um personagem da história, assim como vocês também são”*.

Mas não relata os pormenores de sua luta política, da prisão e da tortura, a menos que lhe peçam. *“As perguntas, em geral, são sempre bem inteligentes”*, informa Ivan. Ele se refere ao fato de que os estudantes estão mais interessados em conhecer a realidade daqueles tempos do que esmiuçar os detalhes da sua vida. Para ele, não deixa de ser um alívio: *“Acho que criei uma barreira para falar de mim mesmo”*.

Brancaleone adolescente

Laerte Meliga se declarou socialista aos 13 anos e aos 14, junto com um grupo de amigos, rompeu com o Partido Comunista. Os garotos atrevidos foram apelidados Brancaleones, em alusão ao filme de Mario Monicelli, *O Incrível Exército de Brancaleone*, uma paródia satírica de *Dom Quixote de La Mancha*, que retrata a decadência do sistema feudal e a capacidade humana de enfrentar perigos gigantescos para defender sonhos. Por conta de sua militância, aos 17 foi parar na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), na ala dos adolescentes infratores, onde o trataram com o maior respeito. Clandestino antes de atingir a maioridade, acabou detido novamente pouco tempo depois. Com 18 anos, recém-feitos, passou por sessões de tortura e amargou três anos e nove meses de cárcere. *“Lá eu aprendi muitas coisas, inclusive a escrever certo”*, diz ele, hoje jornalista e subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Planejamento.

Seu interesse pelas escaramuças políticas do país vem de longe. Filho de uma família de petebistas, ainda criança acompanhou de perto o Movimento da Legalidade, quando o então governador gaúcho Leonel Brizola sublevou o Rio Grande do Sul para garantir a posse do presidente João Goulart. Precoce, aos 11 entrou de corpo e alma no movimento estudantil do Colégio Júlio de

Castilho, um dos QGs da resistência juvenil à ditadura em Porto Alegre. Daí para frente sua vida foi norteadada pelas passeatas, protestos, congressos. *“Eu me criei em uma vila e ao meu redor só via injustiça, por isso tomei consciência da necessidade de mudar”*, explica.

Com 16 anos, Laerte lia Sartre (Jean Paul Sartre, escritor e filósofo francês) e o compêndio de livros proibidos pela repressão. Sua mãe – assombrada pelo perigo que as leituras do filho representavam – um dia ameaçou jogar uma das obras comprometedoras na parede. O filho não deixou por menos: pegou um prato de porcelana antigo de estimação e avisou: *“Se jogar o livro, eu jogo o prato”*. Ela jogou e ele também.

Como as atividades da militância o absorviam por inteiro, Laerte deixou o colégio Julinho na terceira série por excesso de faltas. Ainda tentou completar o ginásio na Escola Técnica Parobé, mas não concluiu. Antes disso, com apenas 17 anos e virgem, entrou para a clandestinidade. *“Transei pela primeira vez um mês antes de ser preso. Quase que entro virgem para a cadeia”*, recorda, divertido e preocupado.

À parte deste breve romance, a clandestinidade foi um período difícil, vivido em São Paulo. Começavam os anos 70 – o período mais duro da ditadura – e o movimento Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ao qual havia se vinculado, estava sendo dizimado. Daquela época, lembra das pensões infestadas de pulgas, da expectativa para entrar em ação e dos pesadelos da primeira noite em São Paulo, no dia 31 de março de 1970: *“Eu tinha a sensação de não ter pernas ou de que as pernas viravam gravetos”*. Ele também se questionava a respeito dos rumos da luta que, no seu entender, estava entrando em um círculo vicioso voltada apenas para a própria sobrevivência.

Em fevereiro de 1971, Laerte voltou a Porto Alegre para manter contato com um companheiro de militância. Esperava por ele na avenida São Pedro quando recebeu ordem de prisão. Foi levado ao DOPS gaúcho com um capuz na cabeça. Quando pressentiu a presença de outros presos políticos, gritou alto o seu nome e foi coberto de pancadas. *“Eu estava tão quente que nem senti”*. A dor veio com o pau-de-arara e o eletrochoque.

Laerte foi transferido para São Paulo em um avião comum da Varig. Os agentes colocaram uma roupa sobre as algemas para não denunciar sua condição aos passagei-

ros. Também não o deixaram comer, porque voltaria a ser torturado no DOPS paulista, onde foi direto para o pau-de-arara. Nos quase quatro anos seguintes, entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, passou pelo DOI-CODI, o quartel Serraria, o DOPS novamente, o presídio Tiradentes, a Casa de Detenção e a Penitenciária do Estado de São Paulo, além do Hospital Penitenciário, para onde foi levado após 32 dias de greve de fome. Com 1m75cm de altura e habituais 68 quilos, ao final estava com 54 quilos.

Em quase todas as celas onde esteve, a maioria dos presos era jovem. *“Depois que passou a tortura, foi um período muito bom de aprendizado, apesar de tudo”*, garante. Encarcerado, estudou de verdade pela primeira vez, norteador por uma espécie de curso sem mestre encadernado. Durante longo tempo, escreveu uma carta para a família todas as noites. Estas cartas eram corrigidas por seu companheiro da cela ao lado Reinaldo Morano Filho, na época já advogado e estudante de Medicina. Laerte passava os textos a limpo, mas nem sempre os enviava. Ele guarda os três cadernos de rascunhos até hoje. Entretanto nem cogita usá-los como fonte para escrever um livro de memórias ou algo do gênero. *“Quem tinha que escrever, já escreveu”*, opina.

Entre as lembranças da prisão, está a camaradagem, a solidariedade e a autogestão da rotina carcerária. O tempo era todo planejado: hora da leitura, hora da ginástica e hora do trabalho, no caso a produção de artesanato em couro: *“A gente fazia bolsa, pulseira, cinto, sandália e as famílias vendiam”*. Os parentes também eram responsáveis por fornecer a matéria-prima e as ferramentas.

A privação da liberdade foi compensada pela consciência da necessidade da luta e o orgulho de participar dela, garante Laerte, que saiu da prisão sem emprego, atrasado nos estudos regulares, mas com experiência redobrada. Estava *“cheio de gás”*. Logo conseguiu emprego, entrou no supletivo e, em seguida, na faculdade. Sem nunca deixar de militar. Sério por natureza, encontrou uma frase bem-humorada para definir os quase quatro anos de cadeia: *“Perdi Saramandaia (*), mas em compensação li Cem Anos de Solidão (**). Em espanhol”*.

(*) Novela de realismo fantástico, considerada revolucionária na época em que foi exibida.

(**) Livro do escritor colombiano Gabriel García Márquez, prêmio Nobel de Literatura, que também utiliza a linguagem do realismo fantástico.



O Que É, o Que É?

Gonzaguinha

Eu fico com a pureza da resposta das crianças
É a vida, é bonita, e é bonita
Viver e não ter a vergonha de ser feliz
Cantar e cantar e cantar

A beleza de ser um eterno aprendiz
Eu sei que a vida devia ser bem melhor e será
Mas isso não impede que eu repita
É bonita, é bonita, e é bonita

E a vida
E a vida o que é diga lá meu irmão
Ela é a batida de um coração
Ela é uma doce ilusão

E a vida
Ela é maravilha ou é sofrimento
Ela é alegria ou lamento
O que é o que é, meu irmão

Há quem fale que a vida da gente
É um nada no mundo
É uma gota, é um tempo
Que nem dá um segundo

Há quem fale que é um direito divino
Mistério profundo
Que é o sopro do criador
Numa atitude repleta de amor

Você diz que é luta e prazer
Ele diz que a vida é viver
Ela diz que melhor é morrer
Pois amada não é

E o verbo é sofrer
Eu só sei que confio na moça
E na moça eu ponho a força da fé
Somos nós que fazemos a vida

Como der ou puder ou quiser
Sempre desejada
Por mais que esteja errada
Ninguém quer a morte

Só saúde e sorte
E a pergunta roda
E a cabeça agita
Eu fico com a pureza da resposta das crianças

É a vida, é bonita, e é bonita
Viver e não ter a vergonha de ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser um eterno aprendiz

Eu sei que a vida devia ser bem melhor e será
Mas isso não impede que eu repita
É bonita, é bonita, e é bonita



Prisão em massa



O congresso da UNE

O escritor Zuenir Ventura batizou 1968 de “o ano que não terminou”. Pois foi neste ano, marcado por grandes manifestos e transformações da juventude mundial, que ocorreu o célebre 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), na cidade paulista de Ibiúna, em caráter clandestino. Mais de 900 participantes foram presos, boa parte deles adolescentes ou quase. Foi uma das maiores prisões em massa ocorridas no Brasil. O encontro abortado seria também um dos últimos grandes manifestos populares do período, pois, no mesmo ano, o governo golpista promulgou o Ato Institucional nº 5, inaugurando um dos mais duros períodos da ditadura. Por um irônico acaso, a repressão ao manifesto estudantil ocorreu no dia das Crianças, 12 de outubro.

Um dos primeiros alvos dos militares golpistas de 64, as entidades estudantis foram, na sua maioria, fechadas logo após a tomada do poder. A sede nacional da UNE, localizada no Rio de Janeiro, foi, inclusive, incendiada em 2 de abril – apenas dois dias após o golpe. Mesmo assim, a resistência estudantil perdurou e cresceu, a partir de 1965.





Para a realização do congresso clandestino, foi escolhida a pacata cidade de Ibiúna, interior de São Paulo, de apenas seis mil habitantes à época. No sítio Murundu, local do evento, as instalações eram extremamente precárias. Nas tendas de lona, destinadas a abrigar as assembleias, ninguém podia entrar calçado devido à grossa camada de lama produzida pela chuva. Algumas delegações nem conseguiram chegar até o local, tamanha era a dificuldade de acesso. Nessas condições, os cerca de mil estudantes pretendiam realizar o encontro, reprimido com violência no dia em que deveria iniciar. Nesta data, eles foram acordados com os disparos dos policiais, organizados em uma verdadeira operação de guerra.

Ao todo, 920 jovens foram presos de uma só vez, sem nenhuma resistência. Esta marca só seria superada em setembro de 1977, quando em torno de mil universitários receberam ordem de prisão durante o cerco policial na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Em fila indiana, seguiram até os ônibus e caminhões da polícia estacionados na estrada de São Sebastião. De lá, o comboio seguiu para São Paulo. Antes de chegar à capital, os veículos passaram pelas cidades próximas – Vargem Grande, Cotia e no centro de Ibiúna – para a população ver quem eram os “*perigosos subversivos*”.

Os estudantes chegaram ao presídio Tiradentes, no centro da capital paulista, por volta das 19 horas. Ali, espremidos nas minúsculas celas, comparavam os sofríveis alojamentos do congresso com as dependências de um hotel de luxo. Para não comer com as mãos, derretiam as escovas de dentes com isqueiros – tentando moldar uma colher – ou improvisavam com a própria carteirinha estudantil. Durante uma semana passaram por interrogatórios, torturas psicológicas e físicas. Depois foram levados presos até os seus respectivos estados, sendo algumas delegações liberadas em São Paulo. Cerca de 70 estudantes – os principais dirigentes de organizações clandestinas – permaneceram encarcerados.

Efeito dominó Estudantes assassinados

A morte do secundarista Edson Luiz, em 28 de março do inesquecível 1968, foi um marco para o movimento estudantil brasileiro e provocou uma espécie de efeito dominó. Ao longo de todo o ano realizaram-se grandes passeatas, reprimidas com bombas de gás, armas de fogo, cassetetes e até tanques de guerra. No embate contra as forças repressoras, vários foram assassinados.

Com 18 anos recém-completados, 1m59cm de altura e armado apenas com o sonho de conquistar condições dignas na escola onde estudava, Edson Luiz foi morto com um tiro certeiro no peito, disparado à queima roupa por um tenente da Polícia Militar. Na ocasião, os alunos organizavam uma manifestação de protesto contra o alto preço da comida servida no restaurante universitário – conhecido como Calabouço – no Rio de Janeiro.

A morte de Edson provocou a indignação dos manifestantes. Eles não permitiram que o corpo fosse levado ao Instituto Médico Legal (IML), conduzindo-o para a Assembléia Legislativa, em passeata. Lá, sob o cerco de policiais civis e militares, foi realizada a autópsia e o velório. O caixão chegou ao cemitério São João Batista nos braços dos estudantes e sob o olhar de milhares de pessoas. O enterro se transformava numa mobilização popular. A cena de uma multidão tomando as ruas do centro do Rio de Janeiro e de São Paulo apavorou os generais, pois estes sabiam que o movimento dos estudantes não passava da ponta de um iceberg.

Com efeito, os protestos não foram sepultados junto com Edson Luiz. Nem as mortes. Apenas quatro dias depois, a brutalidade teve sua





A morte do estudante Edson Luiz, pelos agentes da repressão, motivou um levante popular

reprise. Justamente em meio às manifestações de repúdio ao assassinato de Edson, realizados em Goiânia, o estudante e lavador de carros Ornalino Cândido da Silva, 19 anos, teve idêntico destino: a vida interrompida por um tiro, desta vez mirado na cabeça do jovem.

No dia seguinte, o jornal *O Social* informou: *“Traindo a palavra empenhada ao arcebispo metropolitano e ao bispo auxiliar de Goiânia, o coronel Pitanga, secretário de segurança pública de Goiás e comandante da Polícia Militar, determinou que seus comandados armassem criminosa cilada contra os estudantes, que, após o comício, retiravam-se pacificamente, rumo à Faculdade de Direito (...) Armados com fuzis, metralhadoras, bombas, cassetetes e revólveres, os militares cometeram toda a sorte de violências, culminando com o fuzilamento de um transeunte que, alheio ao Movimento Estudantil, postava-se nas imediações do Mercado Central, quando foi mortalmente atingido por um sargento da Polícia Militar que, deliberadamente, sacou seu revólver, apontou para o jovem desconhecido e acionou o gatilho, julgando, talvez, tratar-se do líder estudantil Euler Vieira, dada a semelhança física entre o desconhecido e o estudante”*.

Ornalino não era exatamente um *“transeunte”*. Conforme apurações feitas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), na noite anterior ele tinha confeccionado cartazes e convidado amigos para participar do protesto. Entretanto, sua semelhança com Euler – que já vinha sendo ameaçado – provavelmente foi fatal.

Edson e Ornalino, porém, não foram os primeiros nem seriam os últimos. Outros jovens como eles foram assassinados. No dia exato em que o golpe foi anunciado, 1º de abril de 1964, já tinham ocorrido duas mortes: Jonas de Albuquerque Barros e Ivan Rocha Aguiar. Jonas tinha apenas 17 anos. Ambos participavam de manifestações de rua em Recife contra a deposição e prisão do governador comunista Miguel Arraes quando foram atingidos pelas balas da polícia.

No mesmo turbulento ano de 68, além de Fernando da Silva Lembo





(relato *Bala na Cabeça*, nesta publicação), Edson Luiz e Ornalino, morreram José Guimarães, Luiz Paulo da Cruz Nunes, Cloves Dias Amorim, Luiz Carlos Augusto e Manoel Rodrigues Ferreira.

O secundarista José Guimarães foi morto em São Paulo, por membros do chamado Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e do DOPS/SP, durante um conflito protagonizado pela Universidade Mackenzie e a Faculdade de Filosofia da USP. Ocorrido em 3 de outubro de 1968, ficou conhecido como a *Batalha da Maria Antônia*, nome da rua onde aconteceram os embates. O estudante de Medicina Luiz Paulo não resistiu ao tiro recebido durante uma manifestação de repúdio ao governo militar, organizada no Rio de Janeiro no dia 22 do mesmo mês e ano. Já Cloves e Luiz Carlos perderam a vida em consequência de uma violenta repressão policial dirigida aos protestos pela morte da Luiz Paulo, no dia seguinte.

Pouco antes, em 21 de junho 68, havia sido ferido gravemente Manoel Ferreira, também durante um protesto estudantil no Rio de Janeiro. O rapaz trabalhava em uma loja que, por conta da passeata, foi fechada. Na rua, em meio ao tumulto, ele viu uma pessoa tombar e se agachou para ajudá-la. Assim, de joelhos e tentando socorrer um desconhecido, foi atingido, vindo a falecer 45 dias depois. Tinha apenas 18 anos.

Pena de morte

O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, representou uma espécie de golpe dentro do golpe militar. Com ele, cresceram os poderes formais da ditadura, que já havia acabado com os partidos políticos e criado dois partidos fantoches: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Retomaram-se as cassações políticas e foram suspensos os direitos individuais de todos os cidadãos, inclusive o *habeas corpus*. Sob o nome suave de “*recesso parlamentar*”, o Congresso Nacional fechou. Cresceu a violência contra as manifestações de massa, as organizações estudantis e operárias. As celas dos cárceres lotaram.

A chamada Linha Dura assumiu o comando do regime e o destino da Nação, ampliando o poder do Conselho de Segurança Nacional. Em resposta, as ações da guerrilha urbana cresceram até setembro de 1969, quando ocorreu o sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, considerado desmoralizante para os golpistas.

Com a doença do então ditador – general Arthur da Costa e Silva – um mês antes, a Junta Militar assumiria a presidência, impedindo a posse do vice civil, Pedro Aleixo. De imediato, a Junta editou uma nova Lei de Segurança Nacional que acirrou a repressão e instituiu a pena de morte. O ato seguinte foi a subida do general Emílio Garrastazu Médici ao poder, inaugurando a mais dura fase do militarismo brasileiro.

Famílias

Famílias inteiras foram dizimadas ou mutiladas pelos órgãos de repressão. Meninos e meninas perderam os pais ou foram apartados deles e aprenderam a mentir para protegê-los e protegerem-se, durante interrogatórios. Alguns acompanharam os adultos na prisão ou frequentaram a cadeia para visitá-los. Também passaram pelos Juizados de Menores, exilaram-se no estrangeiro, ficaram frente a frente com pais e mães, desfigurados a tal ponto pela tortura, que sequer os reconheceram. Presenciaram assassinatos, perderam anos de estudo e o direito de viver plenamente a infância. Entretanto, herdaram um legado de dignidade e coragem capaz de pautar suas vidas.



Mulher invisível

Ñasaindy de Araújo Barret foi uma mulher invisível de carne e osso. Mais da metade da vida viveu sem documentos, privada de todos os direitos de cidadã, inclusive reconhecimento de escolaridade e acesso ao mercado de trabalho – condições indispensáveis para a sobrevivência. A inexistência legal só acabou quando já era mãe de duas meninas, igualmente sem registro até então.

Ao escolherem seu nome singular – que significa Lua Clara, em Guarani – José Maria Ferreira Araújo e Soledad Barret Viedma nunca imaginaram que a filha teria uma vida civil obscura até a idade adulta. Isso ocorreu por conta da clandestinidade, tanto dos pais verdadeiros quanto dos adotivos. Integrantes da luta armada no Brasil, José e Soledad deixaram a pequena Ñasaindy em Cuba, onde foi adotada por exilados brasileiros, os Lucenas, igualmente marcados pela tortura e por um brutal assassinato. Ela tinha apenas um ano.

De José Maria e Soledad, ela apenas ouviu falar. Ambos pertenciam a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e constam na lista de mortos e desaparecidos brasileiros. A mãe, uma paraguaia bonita e corajosa – morta por delação do infiltrado e seu companheiro Cabo Anselmo, no que ficou conhecido como o Massacre da Chácara São Bento –, inspirou o músico Daniel Viglietti e o poeta Mario Benedetti, ambos uruguaios, além de ser a protagonista da biografia: *Soledad no Recife*, do jornalista e escritor pernambucano Urariano Mota.

Damaris Lucena, que adotou Ñasaindy, resolveu voltar de Cuba para o Brasil quando a menina tinha 11 anos. A mudança foi um choque. Apesar das marcas deixadas em ambas as famílias, a violência era uma ilustre desconhecida para ela. “*Naquela época, viver em Cuba era como viver no interior: as portas nem eram trancadas*”, recorda. Como a maioria das pessoas marcadas pela tortura, Damaris evitava qualquer contato com a polícia. Por isso, jamais legalizou a situação da filha adotiva.

Ñasaindy cursou até 8ª série sempre com medo de ser expulsa da escola. “*Eu me sentia a pior das piores*”, desabafa. A rebeldia foi uma consequência compreensível. Aos 14 anos saiu de casa, mas como trabalhar para sobreviver? Documentos

não lhe faltavam. Além da certidão de nascimento original havia outra – onde se chamava Ñasaindy Sosa Del Sol – forjada para livrá-la das perseguições. Também havia o passaporte cubano, porém, como sua entrada no Brasil não foi registrada, o documento, como os demais, tornou-se inútil. Isso sem contar que, em terras brasileiras, passou a assinar o sobrenome da família adotiva: Oliveira Lucena.

Com as belas feições herdadas da mãe e bem feita de corpo, foi convidada para ser modelo. A profissão sonhada por tantas meninas, porém, nunca a seduziu e ela preferiu valer-se da boa vontade dos amigos, que lhe conseguiam empregos temporários. Depois tornou-se artesã. Mãe pela primeira vez aos 19 anos, tem hoje quatro filhos – as meninas Yalis, com 21, Ivich, com 15 e Diana, com 11, além do menino Habel, com 13. A família vive em Campinas, onde Ñasaindy estuda Pedagogia. Ela finalmente conseguiu despir a capa de invisibilidade.

“Em algum lugar
do vento ou da verdade
está com seu sonho inteiro,
Soledad”

*Soledad Barret, música do compositor
Daniel Viglietti em homenagem à mãe (foto)
de Ñasaindy, assassinada em Recife, 1973*



Vladimir e
Virgílio Filho foram
presos com
a mãe Ilda e a irmã
Isabel, de apenas
quatro meses



Homem de sorte

“Eu sou uma pessoa de sorte”. A frase causa surpresa no primeiro momento, vinda de um homem que perdeu o pai na infância e foi parar no Juizado de Menores enquanto a mãe estava presa. Mas o engenheiro Virgílio Gomes da Silva Filho tem bons argumentos para justificar a afirmação. Recebeu como legado, a dignidade e o senso de justiça do pai – Virgílio, sindicalista e dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), morto sob tortura durante a ditadura militar – e a coragem determinada da mãe, Ilda, que, mesmo depois de nove meses de cárcere e tortura, teve forças para manter a família unida e exilar-se em Cuba, lá permanecendo até os quatro filhos concluírem a universidade.

Virgílio Filho é o segundo de uma prole de quatro crianças: três meninos e uma menina. Ele foi preso junto com a mãe e dois irmãos no dia 30 de setembro de 1969. Apenas Gregório, o terceiro, safou-se, pois, febril, estava sob a guarda da avó. Eles não sabiam, mas 24 horas antes Virgílio, o pai, caíra nas mãos dos agentes da repressão, que

o assassinaram. De acordo com documentos localizados muitos anos depois, ele tinha escoriações e hematomas pelo corpo inteiro, inclusive nas genitálias, órgãos internos e superfície do encéfalo, além de fratura com afundamento do osso frontal.

Quando tudo aconteceu, Ilda e os filhos estavam hospedados em uma casa praiana localizada na cidade paulista de São Sebastião. A residência pertencia a um companheiro de Virgílio – Manoel Cyrillo de Oliveira Netto – que recém escapara de uma emboscada espetacular. Vlademir, o mais velho, tinha oito anos, Virgílio Filho, seis, e Isabel era um bebê de quatro meses. Os dois meninos estavam cientes da situação. Dias antes, o pai conversara longamente com eles, batizando-os com nomes falsos e informando sobre a breve mudança da família para Cuba. Na inocência da infância, porém, brincavam tranqüilos na varanda, depois de amargarem a frustração de não poderem aproveitar a praia devido à chuva. *“Lembro de ver três carros se aproximando e parando em várias casas até chegarem à nossa”*, relata Virgílio Filho. Dentro do carro ele reconheceu o rosto muito ferido, mas ainda familiar, de seu tio paterno Francisco.

Depois disso, as recordações são fragmentos de pesadelo: Manoel Cyrillo, pálido e trêmulo, sendo arrastado, chutado e pisoteado na cabeça; a família inteira embarcando no carro junto com os estranhos; o carro correndo, a chuva; o carro capotando; a mãe desmaiada; a irmã bebê chorando. Ilda precisou ser atendida em um hospital após o acidente do carro que os transportava para São Paulo, ocorrido na altura da cidade de São José dos Campos. Seus ferimentos, porém, não eram graves e todos acabaram na sede da Operação Bandeirante (OBAN).

Ilda jamais encontrou palavras para definir o desespero daquelas primeiras horas. Calada, mas com o peito em chamas, escutou os agentes falarem: *“Vamos levar os meninos e deixar ela aqui”*. Nesse momento reagiu: *“Não, os meninos vocês não levam. Eles ficam comigo”*. E, diante da negativa dos agentes, *“ou então eu vou com eles”*. Em seu relato-reproduzido no livro *Virgílio Gomes da Silva – De Retirante a Guerrilheiro*, escrito por Edileuza Pimenta e Edson Teixeira – Ilda relembra como arrancaram o filho mais velho dos seus braços e também a visão do segundo, com a pequena no colo. Só neste momento, temendo que machucassem as crianças, aconselhou: *“Vão com eles”*. E os filhos foram.

O destino reservado aos três era o Juizado de Menores, onde permaneceram por dois meses. Antes disso, passaram por interrogatórios, conforme lembra Vlademir no livro sobre

seu pai: *“A gente contava a mesma historinha e acho que eles acreditavam. Ai mostravam a arma e perguntavam: – ‘Você já viu isso? Sabe o que isso faz? Teu pai tem arma em casa?’ ‘Não, nunca vi. Não, não tem’ – ‘Você lembra do nome de algum amigo do teu pai?’ Ai eu inventava um nome qualquer lá”*.

Menor e mais rebelde, Virgílio optava por ignorar as ordens, chegando a rebelar-se até para cortar o cabelo. Moleque, brincava o dia inteiro com a criançada. *“A noite era pior. Tinham umas luzes meio roxas lá para os lados do berçário onde estava a Isa. Meu irmão me levava na cozinha para a gente roubar leite e dar de mamar a ela”*, recorda. O furto tinha um propósito: Isabel teve uma grave desidratação enquanto estava no Juizado. O instinto protetor impeliu os dois a dormir embaixo do berço do bebê, para impedir que fosse adotada. A adoção, aliás, pairava no ar. *“Eles nos levavam para ver umas casas bonitas e perguntavam se gostaríamos de morar ali”*, conta Virgílio. Nessas ocasiões, o menino permanecia mudo, protegido por uma teimosa indiferença.

Preso, Ilda se desesperava. Ela tinha passado pelos costumeiros interrogatórios brutais com direito a choque, tapa, pontapé, telefone. Mas nenhuma tortura era pior do que ignorar o destino do marido e, principalmente, dos filhos. Chegou mesmo a pensar em se apoderar de um revólver e matar, se fosse preciso, para saber notícias deles. Depois de muita insistência, conseguiu autorização para ver Isabel. Sua felicidade virou pavor, quando ameaçaram torturar o bebê na sua frente para soltar-lhe a língua. Inicialmente detida na Operação Bandeirante (OBAN), Ilda passou pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) antes de ser transferida para o presídio Tiradentes, onde permaneceu incomunicável a maior parte do tempo.

O resgate das crianças do Juizado de Menores não foi tarefa fácil. Diante da tia que foi retirá-los de lá – após muitas diligências – mantiveram a instrução de negar tudo e desconhecer a todos. Ela se desesperou, certa de terem feito lavagem cerebral nos sobrinhos. Só depois de uma longa conversa privada com os parentes, os meninos cederam.

Cada um deles passou a morar com um tio. Entretanto, por vezes eram reunidos, em especial para ficarem parados diante de uma esquina, ao lado de um poste. De lá podiam ser avistados pela mãe, embora eles próprios não a enxergassem. Sabiam que ela estava lá, atrás da janela gradeada e semi-escondida por uma chapa de ferro, porque avistavam um cartucho de jornal acenando. Dentro da cela, os olhos verdes azulados de Ilda vertiam

lágrimas diante da imagem dos pequenos, espremidos em um pedacinho de calçada.

As visitas, finalmente permitidas, são lembradas por Virgílio Filho como uma espécie de piquenique. *“A alegria de ver a mãe depois de tanto tempo foi maior do que qualquer sofrimento”*, relata ele, com seu habitual otimismo. Além disso, conta que recebiam brinquedos artesanais feitos pelas próprias presas. Melhor ainda é a recordação do dia em que Ilda – finalmente libertada, em junho de 1979 – reuniu a família outra vez.

Já informada da morte do marido, mas sem uma confirmação oficial, ela tratou de recomeçar a vida. A tarefa se revelou bem mais difícil do que imaginou. Os filhos estavam atrasados na escola e, mal ela conseguia um emprego, logo era demitida. Além disso, era seguida o tempo todo pelos agentes da repressão. Assim, retomou o projeto de exilar-se em Cuba. Foi auxiliada principalmente por uma ex-companheira de cela do Tiradentes – a jornalista Rose Nogueira, de quem é amiga até hoje – e seu marido Luis Roberto Clauset. Chegou a viver com os filhos algum tempo no Chile, saindo antes da derrubada do governo de Salvador Allende por um golpe militar similar ao brasileiro.

Quando fala na nova vida, Virgílio Filho não deixa por menos: *“Se existe um paraíso na Terra, é Cuba”*. Lá ele, os irmãos e a mãe finalmente respiraram em paz. Instalados em uma comunidade brasileira, foram acolhidos com o maior respeito e solidariedade. *“No Brasil meu pai era tratado como bandido, em Cuba como herói. Nós éramos filhos de um herói”*, orgulha-se. Inteiramente integrados, precisavam ser obrigados a falar em português pela mãe, que, embora aliviada, sempre alimentou o sonho de voltar.



“A noite era pior. Tinham umas luzes meio roxas lá para os lados do berçário onde estava a Isa. Meu irmão me levava na cozinha para a gente roubar leite e dar de mamar a ela”.

Virgílio Filho, lembrando o período em que os três irmãos estiveram no Juizado de Menores

Mesmo depois da Lei da Anistia, porém, não o fez. Esperou todos os filhos acabarem os estudos. Vladimir e Isabel formaram-se geólogos, Gregório, engenheiro hidráulico e Virgílio concluiu os cursos de engenharia mecânica e industrial. *“Acho que dei um jeito de prolongar a minha permanência em Cuba fazendo uma segunda faculdade”*, brinca. Um por um, voltaram. Todos estavam casados e com filhos cubanos. Mas, por algum motivo, o Brasil os chamava e aqui permaneceram.

Nascido na cadeia

João Carlos Grabois – o Joca – conheceu a tortura quando ainda era feto e viveu seus primeiros dias de vida na cadeia. Ele faz parte de uma família dizimada pela ditadura. O pai e o avô – André e Maurício Grabois – são desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia. A mãe, Criméia Schmidt de Almeida, os tios, Maria Amélia Teles e César Teles, foram torturados. Janaína e Edson, seus primos, estiveram detidos durante a infância. Décadas mais tarde, processaram o coronel Brilhante Ustra, que se tornou o primeiro torturador a ser objeto de uma ação judicial no Brasil.

Mãe de João Carlos, Criméia, estava com oito meses de gravidez ao ser presa na Operação Bandeirante (OBAN) em São Paulo, um dos mais temidos centros de interrogatórios do regime, mantido inclusive por empresários brasileiros. Ela foi espancada e recebeu choques elétricos no seio e órgãos genitais. Depois do parto, permaneceu com o bebê por 52 dias na cela. Com a irmã de Criméia, Maria Amélia, a situação se repetiu. Ela e o marido César estavam tão feridos que os próprios filhos Janaína e Edson – presos um dia depois – custaram a reconhecê-los.

A família se tornou uma espécie de símbolo da resistência dos parentes de mortos e desaparecidos políticos. Amélia e Criméia dedicaram boa parte de suas vidas a lutar pela abertura dos arquivos da ditadura e a localizar os restos mortais dos que sumiram nas mãos do Estado. Janaína tornou-se historiadora e escreveu a tese *Os Herdeiros da Memória – A luta dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos por Verdade e Justiça no Brasil*.



Mestre em sobrevivência

O piloto de rally e jornalista Carlos Guilherme Clauset, o Cacá, entrou para o Guinness Book, em 2001. Junto com Roberto Spina, também jornalista, ele bateu o recorde mundial de velocidade, indo do Polo Norte ao Polo Sul em apenas 18 dias. Durante a viagem, testou um novo equipamento na época – a Internet móvel. Por conta disso, comunicava-se regularmente com a mãe, a também jornalista Rose Nogueira, ativista do grupo Tortura Nunca Mais, do Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana e do Sindicato de Jornalistas de São Paulo. Um dia, ao abrir seus e-mails, deparou-se com a seguinte mensagem: *“Pitoco, você levou agasalho?”*. Ele e o companheiro de viagem desandaram a rir, mas Clauset não se irritou. Sabia o motivo de tanta preocupação: quando ele tinha apenas um mês de idade a mãe foi presa e os agentes o levavam ao DOPS para ameaçá-la.

A eventura mais perigosa de Carlos Guilherme foi a de sobreviver. O nascimento, aliás, representou seu primeiro grande desafio, pois precisou ser puxado com fórceps, o que provocou uma ruptura de bexiga de Rose. No seu 33º dia de vida – 25 deles passados no hospital – a casa de seus pais foi invadida pelos agentes do DOPS. Além de jornalistas, Rose e seu marido Luís Roberto Clauset, eram ativistas da Ação Libertadora Nacional (ALN).

O menino dormia em um berço amarelo e sequer acordou quando 10 homens irromperam apartamento adentro aos gritos: *“Vocês estão presos e o bebê vai para o Juizado de Menores”*. Rose, que ainda se recuperava do parto complicado, pulou como faria qualquer fêmea com cria: *“Não vai, não. Eu só vou com vocês se deixar ele com a minha família”*. Os agentes se surpreenderam com aquela rebeldia diante das armas, mas replicaram: *“Terrorista não tem família”*. Como ela teimasse em não obedecer, ameaçaram: *“Olha, moça, podemos usar violência”*. Rose não cedeu: *“Podem, mas com o bebê eu não vou”*.

A determinação da mãe teve efeito. A maior parte do grupo deixou o apartamento levando Luís Roberto preso, porém dois permaneceram com Rose e a criança durante toda a noite. Ela ficou algemada e só conseguiu amamentar Cacá uma vez.

No dia seguinte – depois de prenderem um fotógrafo que bateu à porta procurando Clauset – levaram-na até a casa dos sogros para deixar o filho.

Para desespero de Rose, os pais de Luís Roberto estavam ausentes. Foi necessário confiar na faxineira sem alertá-la do ocorrido. Os dois agentes lhe permitiram apenas escrever um bilhete mentiroso, dizendo que ia visitar uma amiga no hospital. Depois intimaram: *“Pode beijar o menino. A gente está com pressa”*. Até hoje, ela não encontra palavras para expressar sua dor.

Os nove meses vividos entre o *“fundão”* do DOPS paulista e a *“Torre das Donzelas”* – como era conhecida a ala feminina do presídio Tiradentes – foram uma espécie de gestação no inferno. Ela ainda sangrava em consequência das complicações do parto e também vertia leite devido à amamentação interrompida. Os torturadores debochavam, chamando-a de Miss Brasil, em alusão a uma vaca leiteira premiada. *“É a vaca terrorista”*, gritavam, enquanto a feriam

Rose teve uma infecção grave, delirou de febre e, por causa disso, nunca mais pode ser mãe. Mas nenhuma tortura ou doença superou o pavor de ver o filho ameaçado. Um dia, uma companheira que voltava do interrogatório lhe perguntou: *“Por acaso o seu bebê é bem clarinho e tem um moisés azul?”* Sim, tinha. Era ele. Rose gritou, perguntando pelo filho. A resposta que ouviu do torturador foi: *“Pergunta quem faz aqui sou eu. E vamos ver se o nenê chora mais do que você quando a gente for buscar ele de novo”*.

Na ocasião, desatinada, chegou a escrever na parede da cela: *“Eles estão com o meu bebê lá em cima”*. Só muito tempo depois soube que os agentes prometiam visitas aos sogros, deixando-os à espera com o neto, na recepção do presídio durante a tarde toda. Mais de 30 dias se passaram até lhe permitirem ver o menino por alguns minutos.

Cacá tinha 10 meses quando Rose finalmente deixou a cadeia. Na noite da sua libertação, fazia muito frio. Assim mesmo ela tirou o bebê do berço e o abraçou forte. Dormiu enrodilhada com ele pois, na sua mente ainda confusa, precisava aquecê-lo. Talvez por isso até hoje compre roupas quentes para presentear-lo, mesmo no verão. E também é provável que esta tenha sido a causa da mensagem eletrônica capaz de divertir o filho na jornada entre os polos.

Filha do menino

Eduarda Crispim Leite era uma exilada antes de nascer. Sua mãe, Denise Crispim, estava grávida quando trocou o Brasil pela Itália, fugindo da perseguição política. Antes, seu companheiro Eduardo Collen Leite tinha sido preso e torturado até a morte pelas forças repressivas da ditadura. A filha não conheceu o pai. Nunca pode ouvi-lo falar do sonho de justiça e liberdade capaz de pautar sua breve vida e levá-lo a liderar uma organização clandestina de oposição armada, denominada Resistência Democrática (Rede), mais tarde incorporada à Ação Libertadora Nacional (ALN). Jamais teve oportunidade de perguntar-lhe qual a motivação para enfrentar o perigo ainda tão jovem, a ponto de ficar conhecido pelo apelido de Bacuri que, na gíria, significa menino.

Os agentes dos órgãos de segurança do regime militar respeitavam e, de certa maneira, temiam o pai de Eduarda, devido a sua participação em uma série de ações armadas, incluindo dois sequestros de diplomatas, o do cônsul japonês em São Paulo e do embaixador alemão no Brasil. Preso no Rio de Janeiro, em 21 de agosto de 1970, ele foi levado a uma residência particular utilizada como cárcere clandestino, em São Conrado. Removido para São Paulo, voltou ao Rio de Janeiro e retornou novamente à capital paulista. Lá, permaneceu preso no chamado “*fundão*” do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde as celas eram totalmente isoladas.

No dia 25 de outubro, a imprensa divulgou amplamente as notas oficiais anunciando a morte de Joaquim Câmara Ferreira, principal dirigente da ALN. Junto, foi plantada a contrainformação, de que, no momento da prisão de Câmara, Bacuri havia fugido. Um policial mostrou-lhe os jornais com as notícias de sua fuga. Cerca de 50 presos políticos detidos no local compreenderam que a falsa informação era a sentença de morte de Bacuri e passaram a manter vigília permanente. Para facilitar a retirada de Eduardo, o enclausuraram em uma cela longe dos demais e lubrificaram as dobradiças das fechaduras, silenciando, portanto, o mais leve ruído. Mesmo assim, os companheiros perceberam o movi-

mento de remoção, na madrugada do dia 27 de outubro, iniciando uma gritaria de protesto. De nada adiantou.

O jornalista Elio Gaspari reconstituiu o ocorrido em seu livro *A Ditadura Escancarada*: “Bacuri chegou ao forte dos Andradas, no Guarujá, dentro de um saco de lona. Trancaram-no numa pequena solitária erguida na praia do Bueno e depois levaram-no para um túnel do depósito de munições, a três quilômetros de distância. Era certo que se houvesse algum sequestro de diplomata, ele entraria na lista de presos a serem libertados. No dia 8 de dezembro, passadas menos de 24 horas do sequestro, no Rio de Janeiro, do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, uma veraneio estacionou na entrada do depósito. Dela saltaram um major e dois tenentes. Foram ao banheiro onde Bacuri estava trancado e disseram-lhe que iam levá-lo ao hospital militar. Um soldado ajudava-o a encostar-se na pia para lavar-se quando o major mandou que saísse: ‘Escutei uma pancada. Não sei se era tiro ou o barulho de uma cabeça batendo na parede. Só sei que logo depois o corpo dele foi retirado do banheiro no mesmo saco de lona em que chegou’ (narrativa do soldado Rinaldo Campos de Carvalho). A polícia paulista informou que Bacuri, localizado, ‘ofereceu tenaz resistência a tiros’. Tinha 25 anos, e seu corpo foi abandonado no cemitério de Areia Branca, em Santos, com dois tiros no peito, um na têmpora e outro no olho direito”.

Meses depois, nasceu Eduarda. Enquanto esteve grávida, sua mãe chorou pelo companheiro e pelo irmão, Joelson Crispim, também assassinado pela repressão, além de enfrentar o medo e a saudade do Brasil.

“Querida Malia”

“Nonôla, Ricardo. Oi mamãe, oi papai

Agola espela a vó que eu tô riscando uma coisa pa Nonôla. No meu nevessálio eu quilia a Nonôla e o Ricardo. Eu vô no Son Paulo, no correio Apolo () e puxo a Nonôla e o Ricardo e ponho eles no ombus e fecho a porta pa eles não fugi. O meu nevessálio foi bacana... e vou dirmi um pouquinho no sofá da vó. O colar que o papai fez é bonito. Eu já tô ficando grande e pintando. Eu quero voceis. Tô com medo da Nonôla porque ela é lobo e o Riçado é lobo.*

(...) A cata PA Nonôla e o Ricardo e um pesente po Ricardo que é um livro esquisito e PA Nonôla um livro de menininha. Aí a Malia gota muito do Ricardo e da Nonôla, ma aí no tabalho tem soldado no mulo que não dexa Nonôla i PA Belizonte cum Malia e cum Ricardo. O soldado vai dexá a Nonôla i PA Belizonte cum a Malia e o Ricardo? Eu vô pedi PA ele (...) O Ricardo e a Nonôla saí daquele tabalho muito feio e fico cum ela e cum Ricardo (...)

Um bezo da Malia”.

Oi filha querida

“Hoje a Nonora está com muita vontade de conversar com você, então ela está escrevendo uma cartinha para a Maria. Sabe minha filha, aquele soldado que não deixou a mãe e o pai irem para a casa da Maria disse que só faltam uns meses (meses quer dizer uns sessenta dias) para ele deixar a gente ir embora, aí Maria vem aqui em São Paulo buscar o Ricardo e a Nonora. (...)

Sabe, a Nonora está com muita vontade de ver o pôster que o moço fez de você, aquelas retratos que você mandou estão lindos e a Nonora achou seu cabelo muito bonito e acha que você não devia cortar pois seu rabinho de cavalo está maravilhoso. Sabe que a Nonora achou lindo o retrato que a Maria está fazendo o boneco pelado dormir e aí a Nonora lembrou de quando a Maria morava com ela e Ricardo aqui em São Paulo, a Duca deu um boneco pelado para você e sabe qual o nome a Maria pôs nele?

Nenê. E o Nenê dormia com a Maria no berço, você lembra?

A mãe manda beijos na bochecha de Malia.”

Troca de correspondência entre Eleonora Menicucci de Oliveira e sua filha Maria publicadas no livro Tiradentes, um presídio da ditadura – Memórias de presos políticos. No seu depoimento, Eleonora explica que a família reproduzia literalmente a fala da menina e as cartas eram lidas em voz alta na cela. Quase todas suas colegas de cárcere eram mães e mimavam Maria quando ela a visitava. Mas a menina chorava e se recusava a permanecer por um tempo além da visita regular, mesmo depois que esse procedimento foi autorizado.

(*) Hotel onde a família de Eleonora se hospedava quando vinha visitá-la.



“Bati muito naquela mulher”

“Ela sofreu ameaça de que iam me torturar se ela não falasse alguma coisa. (...) Um dia eu levei um saco de pipoca para a minha mãe (na cadeia). A mulher abriu o saco, enfiou a mão lá dentro, remexeu o saco de pipoca. Aquilo me deu uma revolta tremenda. Eu não quis mais dar o saco de pipoca para minha mãe. Eu joguei fora aquele saco de pipoca e a lembrança que eu tenho é de que eu bati muito naquela mulher ou, pelo menos, me deu vontade de fazer isso”.

“Não conseguia descer para o recreio”

“Fui para a aula, entrei direto para a sala, estudei e deu a hora do recreio. Aí a gente tinha que ir para o recreio, mas eu não consegui descer. A verdade era essa: eu não consegui descer. E eu chorava muito, me angustiava muito. A diretora achou por bem chamar meus pais, e a minha mãe foi lá. E, quando ela entrou no pátio da escola, de cara ela identificou a semelhança que tinha com o pátio de onde ela estava presa”.

Maria Oliveira, (uma das diretoras do documentário *15 Filhos*), foi presa junto com a mãe, com um ano e meio de idade. Seu pai Ricardo Prata e a mãe Eleonora Menicucci foram torturados, permanecendo presos durante quatro e dois anos, respectivamente.

“Sua prisão é perpétua?”

“Naquela visita, o Paulo – meu filho de sete anos –, abraçado a mim, chorava muito. Não conseguia falar e eu, carinhosamente, pedia para ele me contar o que o afligia tanto: ‘Diga para mim’”. Depois de muita insistência e de muito jeito, abraçando-me fortemente, ele perguntou:

– Você vai ficar para sempre na prisão?” – e prosseguiu:

– Sua prisão é perpétua?

– Não, Paulo, não.

Ele continuou chorando. Consegui acalmá-lo devagarinho,

mas não tinha certeza de que eu conseguiria convencê-lo de que eu não ficaria presa para sempre.

O que aconteceu nesta visita me deu a dimensão profunda da insegurança do meu filho. Da responsabilidade com tudo o que eu vinha fazendo. Voltei para a cela, caminhando silenciosamente junto com minhas companheiras pelo corredor que chegava à Torre (), e nunca as sacolas pesaram tanto (...) Com a Camila era diferente. Ela chegava para as visitas com um carinho triste, mas logo estava conversando com os adultos – presos ou visitantes, rindo, fazendo tudo com muita graça.*

Desde a primeira vez que me encontrou presa, ainda no DOPS, insistia em me levar de volta para a casa. Sua tática era a de tentar convencer as autoridades carcerárias – delegados, tiras, guardas, carcereiros, etc. – de que eu não podia ficar ali naquele lugar, pois precisava tomar conta dela e do irmão. E discursava, discursava. Eram literalmente discursos e que hoje eu não saberia reproduzir.

Começava por fazer perguntas e, com seu jeito especial de cativar, passava aos argumentos:

– Sabe... a minha mãe precisa ir embora. É ela que leva a gente pra escola, põe a gente pra dormir, conta histórias...,etc. etc.

Quando, junto ao portão do presídio, eu os acompanhava me despedindo, era terrível ouvi-la proferir para a carcereira todas as suas falas, sem parar, e resistindo a sair, cheia de argumentos absolutamente procedentes”.

Trecho do depoimento de **Rita Maria de Miranda Sipahi**, publicado no livro *Tiradentes, Um Presídio da Ditadura – Memórias de Presos Políticos*

“Peço que fique com meu filho”

“Terça-feira, dia 18 de abril de 1972, saio com o bebê para ir ao açougue. Eram 9h30min da manhã. Quando estou voltando, um carro para ao meu lado e descem dois homens. Me seguram firme nos braços.

– Seu nome é Maria Luisa?

– Sim

– Entre no carro

Não dá para reagir nem pensar, eles me seguram. Aperto o menino nos braços. Como avisar César? Quem me entregou? O carro pára em frente a nossa casa. As vizinhas se acercam curiosas, espiam pela janela. César está algemado num Volkswagen parado na rua. Entro. A casa está uma lástima, toda revirada. As fraldas do bebê estão atiradas no chão. Examinam meus documento, examinam a certidão de casamento. O guarda-roupa está uma confusão. Fico na cozinha enquanto eles continuam revirando e procurando coisas. Um policial me vigia e fala:

– A senhora sabe que seu marido é amante de uma comunista perigosa, procurada, chamada Derlei Catarina de Luca? Me limito a segurar Zé Paulo nos braços, não digo uma palavra nem eles perguntam. Procuram Derlei Catarina. Eu sou Maria Luisa.

Levam César preso, sem deixar nenhum policial vigiando a casa. Arrumo algumas fraldas rapidamente numa sacola amarela, saio sem rumo. Enquanto caminho, penso. Minha identidade, apesar da certidão de casamento, pode cair, basta César reconhecer quem sou. Até quando ele aguentará? Zé, no meu colo, está quieto (...) fico alucinada de medo de quem aconteça algo com o meu filho.

Caminhando, me acerco ao hospital onde o menino nasceu. O primeiro pensamento é procurar o pediatra e deixar o garoto com ele. Mas encontrei uma Joana D’Arc. Joana D’Arc Bizzotto Lopez, de casaco preto, surge na minha frente.

Seu rosto é conhecido, embora ela não saiba quem eu sou.

Londrina era uma cidade pequena onde as pessoas se cumprimentavam mesmo sem se conhecer. Joana é uma artista, professora de teatro, crítica de arte. Posteriormente foi diretora do Jornal Brasil Mulher (...) e uma das organizadoras do Movimento Feminino pela Anistia, já em 1975.

Peço que, por favor, fique com meu filho. Digo que meu marido foi preso e vou colocando o menino nos braços dela.

– Que faço com o garoto?

– Mandê para Santa Catarina. Minha madrinha mora lá.

Digo a ela o nome do pediatra e o endereço de tia Dozolina em Florianópolis (...)

Joana reage rápido, tira o casaco preto que veste, coloca dinheiro no bolso e me dá o casaco

– Vá para Cambe e procure o dono da Clínica Médica. Peça ajuda lá.

Saio sangrando física e moralmente. Toda a angústia se converte em sangue. Paro numa farmácia, compro absorvente e troco ali mesmo no banheiro. Saio pela estrada sem a menor idéia de onde ir, sem rumo, sem documentos, sem esperança. Não chorei. O coração estava paralisado”.

Relato de **Derlei Catarina de Luca** no livro *No Corpo e Na Alma*, escrito por ela. Quando se separou de seu filho José Paulo, ele tinha três meses e nove dias. Voltou a encontrá-lo mais tarde e reassumiu a sua guarda em Cuba, onde esteve exilada. Já adulto, Zé participou com a mãe da luta pela reparação aos familiares dos desaparecidos políticos na cidade de Criciúma, em Santa Catarina, onde se estabeleceram.

“Ninguém me disse”

“São lembranças construídas. Ninguém me disse: ‘A mãe morreu.’ A família inteira, de modo geral, nunca conversou. Porque todo mundo a procurou muito. Foi um esforço muito grande em procurar e foi uma frustração muito grande não encontrá-la”.

Francisco Guariba – Chico – e seu irmão, João Vicente Guariba, são filhos de Heleny Guariba – presa em 1970, solta em 1971, presa novamente e assassinada sob tortura. A responsabilidade do Estado pela morte de Heleny foi reconhecida.

“Meu pai não é bandido”

“Eu era mais moleque mesmo... pipa na praia, futebol de botão, inclusive, eu jogava com meu pai. No dia 20 de janeiro de 71 eles invadiram minha casa. Tinham policiais com metralhadoras e tal. Eu acordei, meu pai tinha sido levado. Os meus amiguinhos perguntavam: ‘O que está acontecendo? Meu pai é bandido?’ ‘Não, meu pai não é bandido. Meu pai é contra a ditadura’. E no dia seguinte eles levaram minha mãe e minha irmã Eliane, que tinha 15 anos. Ele deve ter morrido na tortura dois dias depois. Eu reencontrei a minha mãe 13 dias depois e na cama. Ela não conseguia nem andar direito de tão magra que ela estava. E aí começamos a chorar os dois”.

Depoimento do escritor **Marcelo Rubens Paiva** para o projeto *Memórias Reveladas*, do Arquivo Nacional. Marcelo é um dos cinco filhos do deputado Rubens Paiva do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, que foi morto sob tortura e desapareceu.

“Que turismo é esse?”

“Quando o Pinochet derrubou o Salvador Allende, nós estávamos lá e foi uma correria de louco. Acredito que dentro da minha cabeça de criança eu falei: ‘Pô, que turismo louco é esse, no meio de tanque de guerra?’ Lembro uma imagem que ficou gravada: quando nós entramos na embaixada. Foi aquela correria, pancadaria, lá no portão. Dentro, já estava todo mundo torcendo para que a gente chegasse logo. Nós entramos correndo. Aquele pavor. Foi a primeira vez que senti pavor, senti o clima de estar fugindo”.

Ernesto Carvalho, filho de Pedrina e de Devanir José de Carvalho, estava com o pai refugiado no Chile quando o general Augusto Pinochet tomou o poder e o presidente eleito Salvador Allende morreu no palácio do governo. O menino e a família permaneceram refugiados na embaixada da Argentina por mais de oito meses. Devanir recebeu uma rajada de metralhadora e foi preso, aos 28 anos, em 5 de abril de 1971; levado ao DOPS, morreu após ter sido torturado ininterruptamente durante dois dias pelo delegado Fleury.

“A gente trocou uma piscada”

“Nós morávamos em um andar especial do Hotel Habana Libre, onde só tinha guerrilheiro e filho de guerrilheiro. Mas nós não podíamos dizer que estávamos juntos. Lembro de uma cena: a porta do elevador abriu e meu pai estava dentro, mas eu não podia falar com ele. A gente trocou uma piscada. Eu lembro do meu pai piscando para mim quando aquele elevador abriu. (...) Na noite que ele morreu eu tive uma febre muito grande. Eu tive 42, 42 graus de febre. Foi uma coisa violentíssima. Fui parar no Pronto Socorro... na noite em que ele morreu”.

Marta Nehring, filha de Norberto Nehring e Maria Lygia Quartim de Moraes. Norberto foi preso em 1969 e, após sair da prisão, exilou-se. Um ano depois, em 1970, desembarcou no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, e nunca mais foi visto. Foi morto sob tortura. A versão oficial é que teria sido encontrado morto em um quarto de hotel, próximo ao DOPS, em São Paulo, enforcado com uma gravata. A família requereu uma autópsia e a exumação, que nunca foram feitas. Enterrado com nome falso, no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, somente muito tempo depois seus familiares finalmente conseguiram trasladar os restos mortais para o jazigo da família.

“O mundo estava dividido”

“O mundo de repente estava dividido entre o mal e o bem. Eu perdi um pouco da inocência aos sete anos. Isso é muito cedo. Naquele momento, minha mãe, para me proteger um pouco, não deixava as coisas muito claras. Falava: ‘Olha, seu pai morreu num acidente’. Só que meu irmão estava junto e ele já sabia o que tinha acontecido. E na hora, falou: ‘Não, nosso pai foi morto, foi assassinado’. Isso no dia do enterro. (...) Acho que se instaurou uma dor muito grande naquele momento. A dor era tão grande que eu não tinha como me abrir, mesmo com os amigos”.

André Herzog, filho de Clarice e de Vladimir Herzog, morto sob tortura horas após sua prisão em 25 de outubro de 1975. A versão oficial de suicídio dentro da prisão, com o cinto do macacão de presidiário, foi desmontada a partir de numerosos depoimentos de presos na mesma época e também pelas contradições apresentadas nos depoimentos dos médicos-legistas. A União foi responsabilizada por sua morte.

“Pôs a arma na cabeça dele e atirou”

“Eu só vi este rapaz. E eu jamais vou esquecer do seu rosto, porque sou muito boa fisionomista. Muito boa mesmo. Ele chegou perto do meu pai, pôs a arma na cabeça dele e atirou”.

Telma Lucena

“Não tinha nem voz de mãe”

“Eu não reconheci a minha mãe porque ela tinha apanhado tanto que estava deformada. Para mim ela era um ser, não a minha mãe. Você estava tendo contato com uma estranha. Não era sua mãe. Era uma massa. Sem dente, toda arrebatada. Não tinha nem voz de mãe”.

Telma Lucena

“Esses aí são terroristas”

“Eles levaram a gente para o Juizado de Menores, em Tatuapé, e ali eles criaram aquela imagem da gente. Parecia que a gente era bandido de alta periculosidade. E eles falavam para as crianças que estavam lá. Olha, esses aí são terroristas. Não mexam com eles porque são perigosos”.

Denise Lucena

Telma e Denise Lucena são filhas de Antonio Lucena, morto a tiros na porta de sua casa, na frente da família. Além das duas irmãs, presenciaram o assassinato de Lucena, a esposa Damaris e o filho Ailton, então com apenas três anos de idade. Posteriormente, os três filhos foram para o exílio com a mãe. O filho mais velho, Ariston, em função de sua militância política, foi preso em março de 1970 – condenado inicialmente à pena de morte, esta foi comutada para prisão perpétua e depois para 25 anos de detenção. Tendo sido preso menor de idade, foi solto após oito anos, permanecendo em livramento condicional por 16 anos.

OBSERVAÇÃO

Os depoimentos de Ernesto Carvalho, Marta Nehring, André Herzog, Telma e Denise Lucena, Maria Oliveira, Tessa Lacerda, Rosana Momente e Chico Guariba foram extraídos do documentário *15 Filhos*, de Maria Oliveira e Marta Nehring.

“É absolutamente pirante”

“Eu não sei nada, não sei como era meu pai, não sei as coisas mais banais. Eu sei o que ele fez e na minha cabeça isso sempre ficava aquela coisa grandiosa de herói. Porque, afinal de contas, ele morreu por um ideal. E ele estava disposto a isso. Enfim, fica aquela coisa gigantesca que até me oprime um pouco. Até hoje é difícil aceitar uma morte que não é material. Mais do que a imaterialidade da morte, para mim, é ainda mais difícil a imaterialidade da vida. (...) É absolutamente pirante tentar, por um lado imaginar como seu pai era e, por outro, aceitar que isso que você imaginou, morreu”.

Tessa Lacerda é filha de Gildo Macedo Lacerda e de Mariluce Moura. Ambos foram presos, em 1973, em Salvador, Mariluce estava grávida de um mês. Eles se encontraram uma vez na Superintendência da Polícia Federal, foram separados e nunca mais se viram. Gildo morreu sob tortura no DOI-Codi do Recife. Tessa nasceu oito meses após a morte do pai. A mãe travou uma batalha judicial por 18 anos, para que a paternidade de Gildo fosse reconhecida. Enterrado como indigente no cemitério da Várzea no Recife, teve seu corpo necropsiado e os restos mortais enterrados em valas comuns do “Buraco do Inferno”, em 1986, e depois no Cemitério das Flores, sem jamais chegar à família.

“A esperança estava acabada”

“Pouquíssima coisa eu soube do meu pai. Então eu fiquei super feliz de ter uma pessoa que me falou alguma coisa do meu pai, porque ninguém me falava nada. Para minha família – minha vó, meu tio, minha tia – era como se ele não existisse. Como um pai assim fictício. Eu só fiquei triste de saber o que ocorreu... pelo fato de saber que nunca mais ele ia voltar, que não podia mais ter expectativa, que esta esperança realmente estava acabada”.

Rosana Momente, filha de Orlando Momente, desaparecido na guerrilha do Araguaia desde 1973. Orlando casou-se em 1961 e em 1964 entrou na clandestinidade, indo para o sul do Pará, onde desapareceu. Somente muito mais tarde, 18 anos depois, Rosana ficou sabendo a verdadeira identidade do seu pai.

O Futuro do Exterminador

Nei Lisboa (*)

Quê? Não pode ser
Olha aquele cara ali falando na televisão
Quem? Não pode ser, não
Olha esse retrato, é o diabo
Candidato a bom cidadão
Hein? Não pode, não
Nem aqui agora, nem em outra encarnação
Eu digo, quem? Presta atenção
Esse torturava, esse era a mão do ditador
E agora vem, pede à nação
Pede de presente o futuro do exterminador
Eu digo não, pelo país
Pela honra, a terra, o céu civil do ano 2000
Eu digo, quem? Não pode, não
Esse limbo fede
E quer medalha, emprego, proteção
Mas nem num mundo cão
Veste-se de glória a História acorrentada num porão
Por cem, mais de um milhão
Por um só pecado, o teu papel passado é de vilão
Nem vem pedir perdão
Vai pedir pro Vlado
Estende, que ele puxa a tua mão

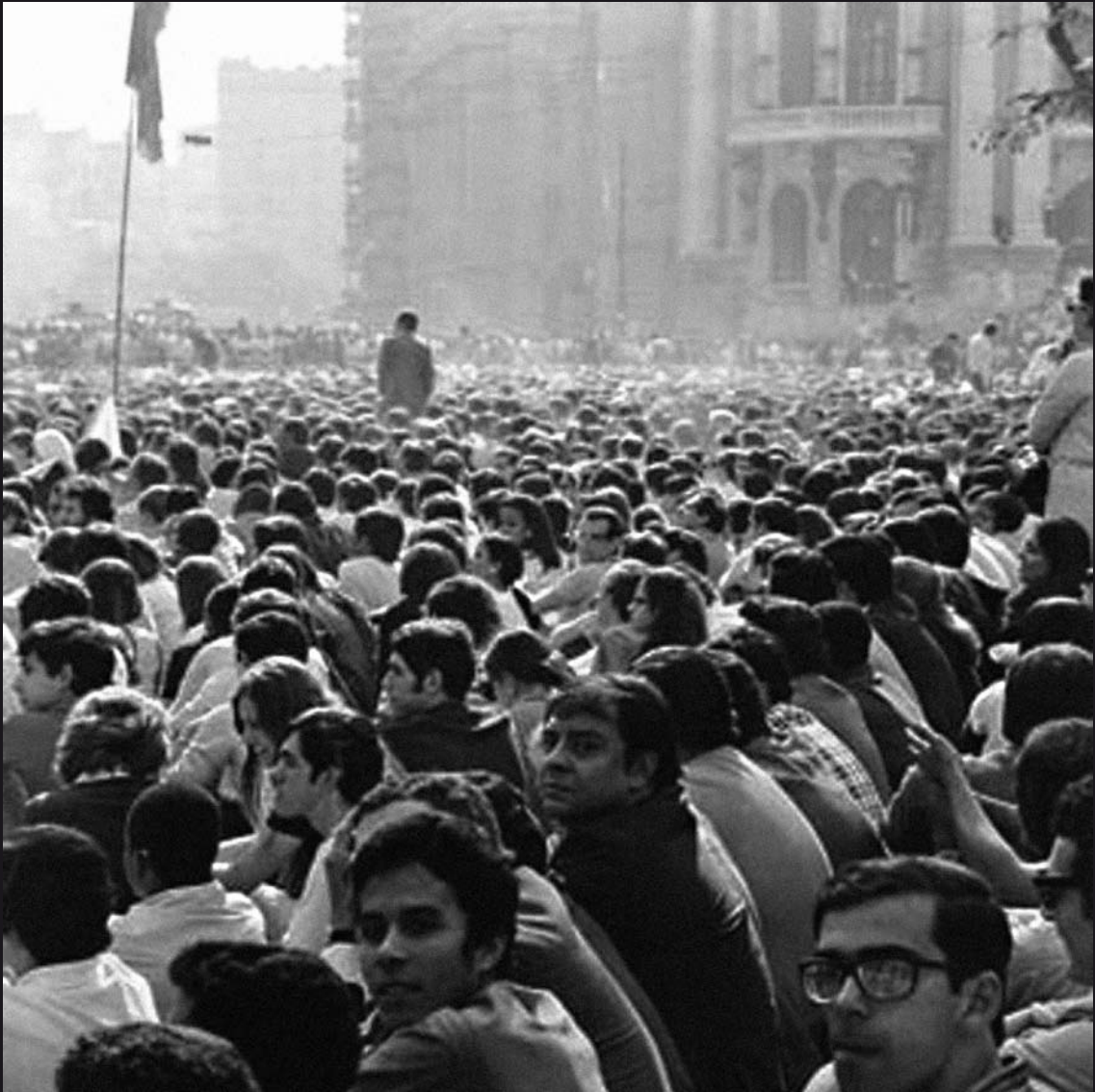
() Músico gaúcho e irmão de Luiz Eurico Tejera Lisboa, primeiro desaparecido político a ter seus restos mortais localizados no cemitério Dom Bosco (Perus, São Paulo), em 1979, pela esposa Suzana Keniger Lisboa.*

Aos Nossos Filhos

Ivan Lins/Vitor Martins

Perdoem a cara amarrada,
Perdoem a falta de abraço,
Perdoem a falta de espaço,
Os dias eram assim

Perdoem por tantos perigos,
Perdoem a falta de abrigo,
Perdoem a falta de amigos,
Os dias eram assim
Perdoem a falta de folhas,
Perdoem a falta de ar
Perdoem a falta de escolha,
Os dias eram assim
E quando passarem a limpo,
E quando cortarem os laços,
E quando soltarem os cintos,
Façam a festa por mim
E quando lavarem a mágoa,
E quando lavarem a alma
E quando lavarem a água,
Lavem os olhos por mim
Quando brotarem as flores,
Quando crescerem as matas,
Quando colherem os frutos,
Digam o gosto pra mim





Araguaia

A palavra Araguaia soa como uma rajada de metralhadora para os brasileiros que tiveram seus parentes chacinados na região durante o período da ditadura. Dos 69 guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) instalados na região, 63 foram mortos. Eles representam cerca de metade dos desaparecidos políticos do País. Para combater o movimento, as Forças Armadas mobilizaram cerca de 10 mil homens do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e Polícia Militar do Pará, de Goiás e do Maranhão. Considerando a desproporção dos combatentes e os relatos dos habitantes, é muito provável a existência de mais vítimas fatais além das registradas até hoje. Na cidade de Xambioá, onde instalou-se o principal quartel general dos militares, vários moradores ainda trazem marcas físicas e psicológicas das torturas aplicadas durante interrogatórios, feitos com objetivo de localizar os integrantes da guerrilha, em geral amigos da população local. Na época, o povo descobriu a existência de uma dor pior do que a picada de rabo da arraia, como definiu um velho pescador.

Perseguido pelo pai

Aos 14 anos, José Moraes da Silva – apelidado Zé da Onça – foi perseguido pelo pai Frederico Lopes que, enlouquecido, o acusava de ser marido da própria mãe. Agricultor da região do Araguaia, Frederico tinha sido preso e torturado para denunciar o paradeiro dos guerrilheiros, com quem mantinha boas relações. Durante o interrogatório obrigaram-no a permanecer em pé sobre latas, além de ser surrado, pendurado pelos testículos e submetido a choques elétricos. A brutalidade comprometeu sua sanidade, segundo Zé da Onça, mais tarde presidente da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, fundada em 2005.

Dona Adalgisa Moraes da Silva, alvo do ciúme ensandecido do marido, lembra bem o dia que mudaria sua vida e a de seus filhos: *“Os militares chegaram na minha casa perguntando pelo meu marido. Eu disse que ele estava na casa da minha cunhada, mas eles achavam que estava se escondendo”*. Depois de passar 60 dias preso e sob tortura, Frederico foi levado para Belém do Pará, onde deveria receber tratamento psicológico.

Em casa, Zé se viu obrigado a interromper os estudos e trabalhar numa serraria em tempo integral para sustentar a mãe e os irmãos menores. Mas ele não responsabiliza os guerrilheiros por seu sofrimento. Ao contrário, lembra com carinho do *“povo da mata”*, ou *“paulistas”*, como os camponeses costumavam chamá-los. *“Convivia com o pessoal. Eles ajudavam muito a gente. Tinha a Sônia, a Rosinha, a Fátima, morta no primeiro combate lá no São José”*, disse, ao recordar Lúcia Maria de Souza, Maria Célia Correia e Helenira Rezende, nomes verdadeiros das jovens citadas. Adolescente, ele costumava *“tomar aulas”* especialmente com Sônia (Lúcia Maria). Para Zé, a privação da professora foi um baque quase tão determinante para o rumo de sua vida quanto a prisão do pai. Ele não duvida: *“Se eu tivesse a idade dos guerrilheiros, teria morrido com eles”*.

Por tudo isso, as palavras que ouviu dos militantes naquela época nunca deixaram de ecoar, a tal ponto que acabou se tornando um líder na luta pelos direitos dos marcados pela repressão. *“Os torturados nunca mais recuperaram o que perderam”*, lamenta Zé da Onça. *“Todos os camponeses da região da guerrilha, naquela época, perderam os seus bens e não tinham como sustentar os filhos. Porque se não tivesse tido aquele tanto de Exército aqui, hoje os camponeses poderiam ser os fazendeiros da região”*, acredita.

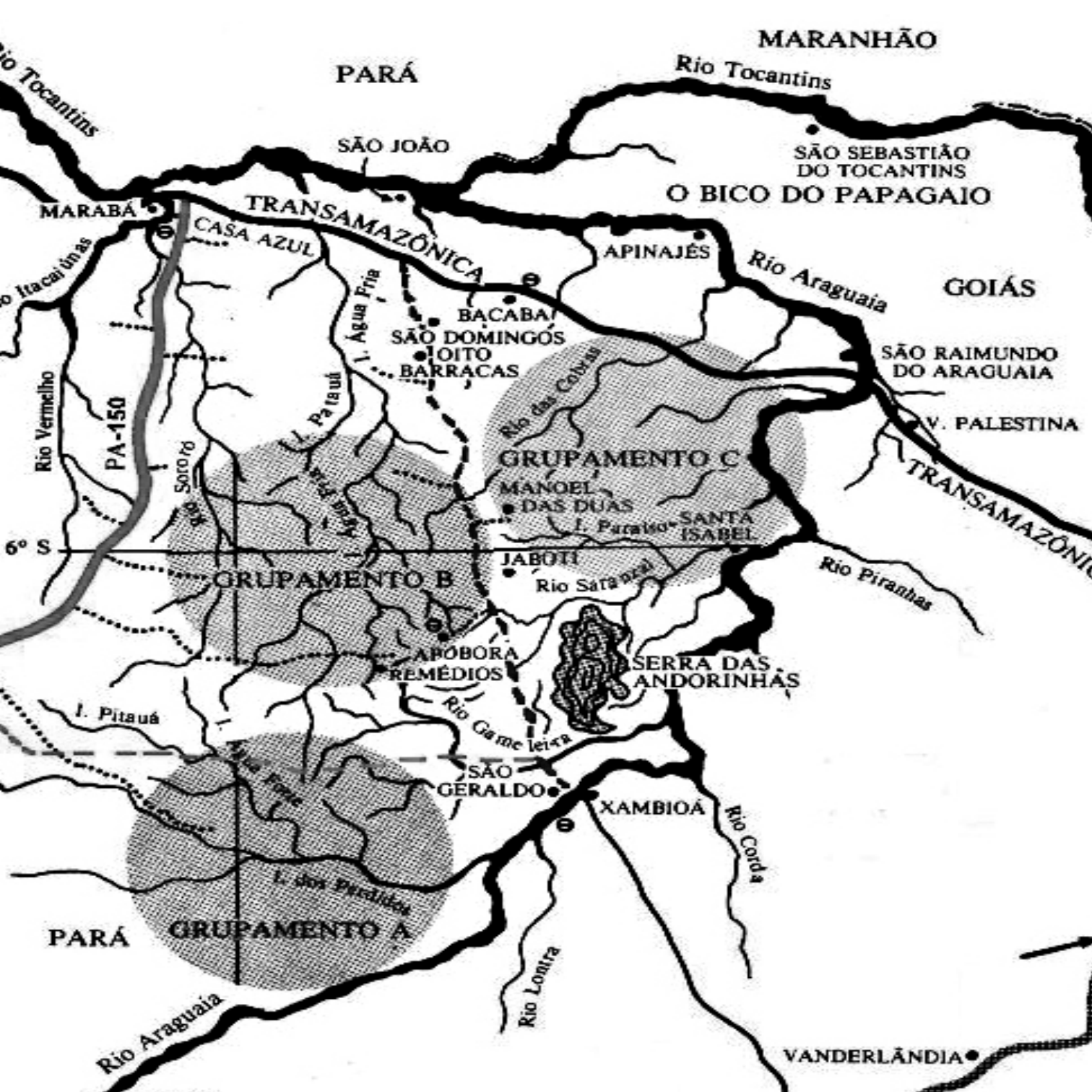
Filhos não são cachorros

Maria Bezerra de Oliveira viu dois filhos serem levados pelos militares durante a ditadura. Passadas quase quatro décadas, quando compareceu à sessão da Comissão de Anistia – realizada em 22 de setembro de 2007, na Câmara Municipal de São Domingos do Araguaia – ela contou, chorando: *“Tinha um filho de oito anos, Juracy, que foi iludido por um militar e que me largou por ele. Chorei 15 dias e fiquei da finura do meu dedo mindinho. Depois eles voltaram, mas o menino não queria saber de mim, nem queria tomar a bênção. Aí, ele perguntou se eu dava o menino (...). Eu disse ‘tenente, dar eu não dou porque meus filhos não são cachorros, mas se você resolve levar ele, eu não tenho o que fazer’. E ele levou”* (...) Mas o drama de Maria não tinha terminado. Algum tempo depois, outros homens do exército vieram e carregaram o caçula, Miracy, ainda com dentes de leite.

Cearense de Matriz, Maria foi para a região do Araguaia em 1950, e morava em Santa Cruz. Criava sozinha os seis filhos, colhendo arroz, feijão e coco de babaçu. *“Não gosto nem de lembrar o que passei naquele tempo. Eu era o homem e a mulher da casa e não tinha quem me ajudasse. E meus filhos sendo carregados por eles”*, recordou. Inicialmente viveu embalada pela promessa dos militares em trazer os meninos de tempos em tempos para matar a saudade. Mas passaram dias, meses, anos e nem sinal deles.

Talvez o reencontro nunca tivesse acontecido se Juracy não se rebelasse aos 15 anos. Na ocasião, vivia com os pais do tenente que o levou, mas resolveu ir embora porque nunca se sentiu membro da família. Sem rumo nem objetivo, perambulou algum tempo pela capital cearense. Depois, decidiu procurar a mãe, em Xambioá, onde a havia deixado. Na cidade pequena, a notícia se espalhou como rastilho de pólvora, chegando aos ouvidos de Maria. No mesmo dia ela saiu atrás do filho perdido.

Diante do rapagão desconhecido, mas com feições familiares, precisou uma prova para acreditar que não sonhava: *“Lembrava de um sinal roxo no seu peito. Quando o encontrei, pedi para ele arregaçar a camisa e vi o sinal”*. Nenhuma palavra pode descrever sua emoção. Desde esta data, Juracy e a mãe passaram a ser inseparáveis. Maria jamais teve notícias do filho menor.



Cenário de batalha

No mapa e nos tratados de geografia, Araguaia é o nome de um grande rio que delimita a fronteira do sul do Pará com o norte do Tocantins (na época, estado de Goiás). Mas o vocábulo virou sinônimo de resistência ao regime quando batizou um dos mais importantes focos de guerrilha rural do país. A região compreende uma área de 6.500 km² entre as cidades de São Domingos e São Geraldo, às margens do rio homônimo. Na época em que se formou a guerrilha, moravam na região 20 mil habitantes e nela atuaram cerca de 70 guerrilheiros militantes do PCdoB e em torno de 17 camponeses incorporados ao movimento.

Os guerrilheiros viviam em comunidades, embrenhados na selva, e não praticavam atos terroristas. Ao contrário. Mantinham boas relações com a comunidade, curavam ferimentos e doenças, faziam partos, davam aulas de português e inglês e frequentavam festas. Por conta disso, tinham a simpatia e o respeito de boa parte da população local, que costumava chamá-los de “*paulistas*”. Até hoje os moradores da região, palco desta guerra, ainda demonstram visível receio em falar sobre o assunto. Entretanto, referem-se aos “*paulistas*” com respeito e um certo carinho.

O Exército descobriu o foco em 1971, mas precisou de três tentativas para eliminá-lo. A primeira foi a Operação Presença, que durou de abril a julho de 1972. Usando aviões e helicópteros, os militares não ousaram a embrenhar-se na mata, permanecendo de tocaia nas estradas e casas de moradores, muitos deles presos para interrogatório. O saldo desta primeira investida foi de quatro mortos e seis presos.

A segunda investida, a chamada Operação Arixá, ocorreu de setembro a outubro de 1972 e envolveu não apenas a caça aos guerrilheiros como um esquema de conquista dos moradores locais. Eles eram incentivados a denunciar os guerrilheiros mediante recompensas. Novamente, porém, os

militares não obtiveram o êxito pretendido. Apesar dos nove mortos e dois presos, a guerrilha continuava viva na região.

A terceira e última campanha, batizada Operação Sucuri, foi tratada como questão de honra para as Forças Armadas, escarnecidas pelo pequeno grupo de rebeldes. Foram 15 meses – de outubro de 1973 a janeiro de 1975 – de perseguição sem trégua e táticas sofisticadas como a introdução de espiões disfarçados de trabalhadores em empresas de fachada, instaladas para encobrir a presença maciça do militares e confundir os habitantes.

Entre o final de 1974 e o início de 1975, quando os últimos líderes foram mortos na região, os ditadores deram a Guerrilha do Araguaia por encerrada. Por segurança, porém, organizaram a chamada Operação Limpeza, com o objetivo de erradicar a presença de qualquer remanescente. Até 1978, espalharam cartazes com as fotos dos guerrilheiros em locais de grande circulação como terminais rodoviários e aeroportos.

Alguns moradores da região delataram os “*paulistas*” mediante coação, ameaças e/ou tortura. Mas, dentro do possível, mantiveram o respeito pelo movimento. Vários remanescentes da época que ainda vivem por lá colaboraram com os familiares dos guerrilheiros mortos no Araguaia.

Bebês malditos

Quem visita a região do Araguaia, onde ocorreu o maior foco da guerrilha brasileira, costuma encontrar resistência por parte dos moradores locais, caso tente obter informações sobre o período da ditadura. A barreira de desconfiança é uma seqüela das torturas, pressões, aliciamentos, prisões e ameaças promovidas contra a população civil. Transposto este primeiro obstáculo do relacionamento, porém, os forasteiros são informados – ainda com alguma reserva – sobre a história dos “*bebês malditos*”. É assim que os camponeses chamam as crianças supostamente sequestradas pelos militares.

Em voz baixa e, por vezes olhando para os lados, os mais velhos informam que a maioria destes meninos e meninas desaparecidos eram filhos de mulheres que se relacionavam com guerrilheiros ou mesmo nativas da região sem qualquer conexão com a luta armada. O ex-guia do Exército, José Maria Alves da Silva, o Zé Catingueiro – que antes de atuar ao lado dos militares foi simpatizante da guerrilha – falou sobre o assunto inclusive para os jornais. Nas últimas três décadas, ele decidiu reparar sua colaboração ao Exército e tornou-se um dos guias na busca pelos corpos dos ex-guerrilheiros.

Para Maria Mercês Castro – que busca uma possível filha do irmão Antônio Teodoro de Castro, o Raul, executado em 1974 –, ele disse ter conhecimento de quatro bebês levados por militares. Durante o encontro – narrado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 14 de julho de 2009 – garantiu que uma das crianças era menina e outro era filho do guerrilheiro Osvaldo Orlando Costa, o lendário Osvaldão.

Alto, forte, sedutor e dançarino de primeira, Osvaldão tornou-se popular em Xambioá, conquistando o coração de Maria Viana, uma formosa nativa dona de um restaurante no garimpo de Itamirim. No começo de 1975, quando os militares deixaram o Araguaia, moradores de São Geraldo e Xambioá – cidades separadas pelo rio Araguaia – começaram a contar que o bebê de Maria e Osvaldão fora seqüestrado.

O filho mais velho de Maria – Antonio Viana – o Zezinho, após muita hesitação, confirma: “*um militar levou o irmão mais moço, Giovane, aos quatro anos*”. Um ano mais velho, Zezinho já vivia com outra família e por isso se salvou, acredita. Pouco depois do sumiço do caçula, Maria morreu de repente, dizem que de infarto.







Condor

O condor – ave típica da América do Sul, que voa alto e livre sobre a Cordilheira dos Andes – foi um símbolo da identidade latina e da resistência à opressão político-cultural nos anos 70. Um contraponto à águia estadunidense. Paradoxalmente, o pássaro batizou também uma aliança político-militar entre os governos ditatoriais latinos. A chamada Operação Condor promoveu sequestros, perseguições, políticas e tráfico de pessoas que se opunham aos regimes, sem respeitar as fronteiras ou leis internacionais. Neste caso, a escolha do pássaro se deu devido à envergadura de suas asas, capazes de cobrir longas distâncias, e ao fato do seu ataque arrasador condenar qualquer presa à morte. A palavra é, ainda, um lamentável trocadilho da forma empregada para capturar os alvos humanos: com dor.

Camilo e Francesca, sequestrados no Brasil e levados para o Uruguai, foram entregues aos avós maternos



Sequestro das crianças

O uruguaio Universindo Díaz estava saindo com Camilo e Francesca – de 8 e 3 anos – para assistir a uma partida do Internacional contra o Caxias, pelo campeonato gaúcho de futebol, em novembro de 1978, quando os três foram presos ilegalmente por agentes brasileiros e uruguaiois integrantes da Operação Condor. Por ironia, um dos policiais participantes do sequestro, o Didi Pedalada, era ex-jogador do time de seu coração, o Inter. O episódio, ocorrido em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, envolveu também a mãe das crianças, Lílian Celiberti.

Camilo e sua irmã Francesca viviam com a mãe Lílian e Universindo, am-

bos integrantes da organização uruguaia Partido pela Vitória do Povo (PVP). Ela era professora, ele estudante de Medicina e ambos haviam sofrido perseguição política em seu país de origem, o Uruguai. A operação de captura de Lílian e Universindo foi montada pelo exército uruguaio, com a conivência do governo militar brasileiro. Em novembro de 1978, os sequestradores saíram da capital do seu país, Montevidéu, atravessaram clandestinamente a fronteira e desembarcaram em Porto Alegre, onde prenderam o casal e as crianças. Lílian e Universindo foram torturados e só não morreram devido à intervenção da imprensa.

O sequestro fracassou quando dois jornalistas brasileiros – o repórter Luiz Cláudio Cunha e o fotógrafo João Baptista Scalco, da sucursal da revista *Veja* no Rio Grande do Sul – alertados por um telefonema anônimo foram ao apartamento onde o casal morava. Universindo e as crianças já tinham sido levados clandestinamente para Montevidéu, mas Lílian era mantida como prisioneira no apartamento, à espera de um possível contato de sua organização. Quando os jornalistas bateram à porta deste improvisado cativado, os agentes os confundiram com militantes da organização de esquerda uruguaia, o Partido por la Victória del Pueblo (PVP), e os receberam com armas apontadas. Ao confirmarem a identidade de Cunha e Scalco, se viram na obrigação de libertá-los. Desta forma, rompeu-se o sigilo da operação. Mesmo assim, ainda conseguiram tirar Lílian do Brasil e entregá-la às autoridades uruguaias.

A denúncia do sequestro – que acabou rendendo um dos mais importantes prêmios jornalísticos, o Esso – ganhou as manchetes da imprensa brasileira, transformando-se num escândalo internacional capaz de constranger os regimes militares do Brasil e do Uruguai. Passadas três décadas, a saga dos repórteres seria descrita com detalhes no livro *Operação Condor – Sequestro dos Uruguaios – Uma Reportagem dos Tempos da Ditadura*, escrito por Luiz Cláudio Cunha.

Dias depois do sequestro, as duas crianças traumatizadas foram entregues aos avós. Lílian e Universindo ficaram cinco anos nas prisões militares do país vizinho. Com a democratização uruguaia, em 1984, o casal foi libertado e confirmou os detalhes do sequestro.

Em 1991, o Estado do Rio Grande do Sul reconheceu o sequestro e indenizou os uruguaios, gesto que o regime democrático de Montevideu repetiu no ano seguinte. Em 1980, a Justiça brasileira, condenou dois policiais: os inspetores Orandir Portassi Lucas, o Didi Pedalada, e João Augusto da Rosa. Ambos foram identificados pelos repórteres e pelo casal uruguaio.

O chefe do DOPS, delegado Pedro Seelig, também reconhecido por Lílian e Universindo, foi denunciado na Justiça, mas absolvido por falta de provas. Quatro oficiais da secreta Companhia de Contra-Informações do exército uruguaio – dois majores e dois capitães – participaram do sequestro na capital gaúcha, com autorização das autoridades brasileiras. Um deles, o capitão Glauco Yanonne, torturou pessoalmente Universindo na sede do DOPS, em Porto Alegre. Apesar disso, nem ele nem qualquer uruguaio envolvido no crime internacional foram processados pela Justiça do Uruguai.

O autor do telefonema anônimo que alertou os jornalistas – Hugo Cores, líder do PVP e ex-preso político uruguaio que vivia clandestinamente, em São Paulo, na época do sequestro – declarou à imprensa brasileira, em 1993: *“Todos os uruguaios seqüestrados no exterior, algo em torno de 180, estão desaparecidos até hoje. Os únicos que sobreviveram são Lílian, as crianças e Universindo”*. Um quadro sobre a repressão política na região, montado pelo jornalista brasileiro Nilson Mariano – autor do livro *As Garras do Condor* – faz uma estimativa sobre o número de mortos e desaparecidos naquela década: 297 no Uruguai, 366 no Brasil, 2 mil no Paraguai, 3.196 no Chile e 30.000 na Argentina. As estratégias da operação foram descritas de forma detalhada nos *‘Arquivos do Terror’* – um conjunto de 60 mil documentos, pesando quatro toneladas e somando 593 mil páginas microfilmadas – descobertos pelo ex-preso político paraguaio Martín Almada, na cidade de Lambaré, Paraguai, em 1992. Neste volumoso compêndio, as mortes e desaparecimentos são em número bem superior aos conhecidos.



Lilian Celiberti
reencontra a filha
Francesca depois
de ser libertada
da prisão

“Vermelho como sangue”

“(...) Francesca, na inocência dos seus três anos, brinca de comidinha com uma mulher loira que também trabalha ali. Camilo, calado e sério, olha pela janela, vê a grande avenida quase deserta lá fora. Uma avenida cortada por um canal.

Vez por outra, na faixa do lado que leva ao rio Guaíba, cruza um carro quebrando o silêncio do domingo com suas buzinas estridentes. Carregam bandeiras vermelhas. São torcedores do Internacional rumo ao estádio Beira-Rio, a três quilômetros dali. Camilo olha de

longe a festa dos colorados. Lembra do jogo. Queria estar lá, com seu time de coração. Coração vermelho. Vermelho como sangue.

Camilo corta o pensamento quando ouve gritos. Volta-se e vê gente correndo em direção à sua mãe.

Lilian tem vermelho no braço. Vermelho de sangue. Quando Francesca pediu para ir ao banheiro, a mulher negra permitiu que a mãe levasse a menina. Lá dentro Lilian viu um espelho. Viu além dele. Viu a chance de escapar do inferno, de fugir dali, de forçar uma saída para um hospital, um lugar onde pudesse gritar por socorro.

Quebrou o espelho e tentou se cortar. O pulso se tingiu de vermelho. O golpe do espelho e o choro convulsivo de Francesca alertaram os guardas. Correm para socorrer Lílian, estancar a hemorragia. A sala se enche de gritos, o andar fica agitado. As duas mulheres, a loira e a negra, tentam ajudar no socorro, improvisam um curativo.

Camilo se vê sozinho. Ele e Francesca, ainda chorando. Pega a irmã pela mão e corre pelo corredor vazio. Vê uma escada e, ao tentar descer, vê homens subindo. Dá a volta e tenta fazer o mesmo, subindo as escadas. Pára na porta fechada do andar de cima. O prédio só tinha três andares. Os homens levam as crianças de volta para a sala.

O vermelho cobre os pensamentos de Camilo.

O vermelho das bandeiras, o vermelho do sangue da mãe (...)

Trecho do livro *Operação Condor – O Sequestro dos Uruguaios – Uma Reportagem dos Tempos da Ditadura*, de Luiz Cláudio Cunha, que relata a detenção dos filhos de Lílian Celiberti, ainda no Brasil.

Crime de ser filho

Maria de Lourdes Cerveira foi presa com dois dos seus três filhos em 1970. Um dos adolescentes permaneceu encarcerado com a mãe por 39 dias, sendo submetido à tortura psicológica. Sua única acusação: ser filho de Joaquim Pires Cerveira, um ex-major que trocou o Exército pela Frente de Libertação Nacional (FLN). Três anos depois, Cerveira seria preso na Argentina pela chamada “Operação Mercúrio”– espécie

de precursora da “Operação Condor” – que tinha por objetivo eliminar todos os banidos e ex-militares que tentassem voltar ao Brasil.

Desde que o major Cerveira se licenciou do Exército, tornou-se ativista FLN e foi banido do Brasil, em 1970, a vida de Maria de Lourdes e seus três filhos se tornou um torvelinho. Humilhada, segregada e ameaçada, a família vendeu todos os bens para custear as despesas mínimas de sobrevivência. Pois, como o corpo de Cerveira nunca foi encontrado, sua mulher não podia assumir a condição de viúva e, portanto, receber algum tipo de pensão.

Preso em território argentino, no ano de 1973, Cerveira foi trazido ao Brasil, onde morreu sob tortura. Já adulta, uma das filhas – a pesquisadora Neusah Cerveira – reconstruiu as circunstâncias que cercaram a prisão do pai, envolvendo uma família que dividia a residência com ela: “(...) 23 horas – Agentes da repressão argentina, acompanhados de brasileiros, chegam à casa onde Cerveira residia com uma família de amigos (...) A família estava preocupada com a demora de Cerveira, que tinha o hábito de sempre deixar um bilhete avisando onde ia e a que horas chegaria. Os agentes invadem a residência, vasculham tudo, levam pertences pessoais de Cerveira, que dizem estar sendo requerido pela autoridades de seu país, o Brasil. Vão embora depois de muitas ameaças. 4 horas da manhã – Os agentes voltam, desta vez acompanhados por um brasileiro com uma cicatriz no rosto (mais tarde identificado por fotografias pelas testemunhas como o delegado Sérgio Paranhos Fleury), agredem a família e procedem novas buscas de armas e documentos. Fleury mostra uma foto de Cerveira e diz à família que o mesmo já está detido e será levado para o Brasil. Antes de se retirar, Fleury deixa de ‘regalo’(*) para a menina mais jovem da família uma bala de revólver. Os moradores são novamente espancados e ameaçados. A última notícia que se tem é que ambos chegaram quase mortos numa ambulância vinda da OBAN (***) em São Paulo para o DOI-CODI (****) do Rio de Janeiro (...), segundo testemunhos prestados à ONU (*****). No dia 11 de dezembro de 1973, a Associação Gremial dos Advogados da Argentina denunciou o sequestro e protestou contra a violação da soberania nacional argentina. Um advogado da Gremial (...) impetrou habeas corpus para o major Cerveira, que resultou inútil”.

(*) De presente; (**) Operação Bandeirante; (***) Destacamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna; (****) Organização das Nações Unidas

Contrabando de pessoas

A Operação Condor funcionou como um consórcio multinacional entre os governos ditatoriais do Cone Sul – Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Com o objetivo de esmagar os opositores do militarismo, os governos dos países envolvidos sequestravam e contrabandeavam seres humanos, entregando-os para serem torturados ou mortos na terra natal. Em alguns casos, patrolavam a legislação internacional e aplicavam, por conta e ordem, penalidades em estrangeiros. Montada no início dos anos 70, permaneceu ativa até a onda de redemocratização, na década seguinte.

O primeiro passo da Operação Condor foi executar a imediata unificação de esforços de todos os aparatos repressivos dos países participantes. A ausência de procedimentos burocráticos formais facilitava a troca de informações e de prisioneiros (eventualmente dados como “*desaparecidos*”) de diferentes nacionalidades. Aos acusados e perseguidos pelos agentes, eram negados todos os direitos humanos e políticos. Podiam facilmente ser levados de um território a outro sob a acusação de terrorismo. Durante os chamados Anos de Chumbo da América Latina, desapareceram 12 brasileiros no Chile e na Argentina. Também em território nacional, sumiram diversos sul-americanos.

Em uma única operação que envolveu o serviço de inteligência de três países – ocorrida no Paraguai, no ano de 1977 – as forças da ditadura capturaram cinco ativistas do Uruguai e da Argentina. Boa parte dos vitimados por este tráfico ilegal de pessoas deixou filhos e filhas. No caso dos uruguaios Lílian Celiberti e Universindo Diaz – sequestrados no Rio Grande do Sul –, e do brasileiro Joaquim Pires Cerveira – preso na Argentina e removido para o Rio de Janeiro –, nem as crianças foram poupadas.



*Estudantes
chilenos durante
protesta contra
o assassinato do
presidente Salvador
Allende*



*As mães
argentinas criaram
o movimento
Madres de Plaza
de Mayo, atuante
até os dias de hoje*

Tirania no Cone Sul

A ditadura militar brasileira não foi um fato isolado na história do chamado Cone Sul, formado pelo Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai. Na mesma época, regimes semelhantes proliferaram nesses países. O saldo dessa tirania ainda não foi devidamente quantificado, pois, ainda existem documentos secretos, corpos desaparecidos, crianças sequestradas sendo criadas por famílias postíças, segredos guardados com pessoas amordaçadas pelo medo.

Enquanto no Brasil os militares governaram sem trégua desde 1964 até 1985, na Argentina a ditadura foi dividida em dois capítulos. O primeiro período durou sete anos: de 1966 a 1973. Na segunda investida do regime militar, iniciado em março de 1976, porém, a violência atingiu uma escala sem precedentes. O país só recuperou a democracia em 1983.

No vizinho Uruguai, um presidente civil fantoche – Juan Maria Bordaberry – governou de 1971 a 1973, quando os militares assumiram. Comandada com mão de ferro por um único déspota, o general Augusto Pinochet, a ditadura no Chile começou em 11 de setembro de 1973. Nesse dia o Exército ordenou a execução do presidente de tendência socialista Salvador Allende, democraticamente eleito, dentro do próprio palácio presidencial de La Moneda. Pinochet só deixou o poder em 1988, derrubado por um plebiscito popular.

Ainda mais longo foi o domínio político do ditador paraguaio, general Alfredo Stroessner, precursor de todos os demais. Após tomar o poder em 1954, Stroessner permaneceu na presidência por oito mandatos consecutivos, chegando ao ano de 1989 sem arredar o pé do cargo. O Partido Colorado, ao qual pertencia o militar, mandou por 61 anos, só sendo derrotado com a eleição de Fernando Lugo, líder da Alianza Patriótica para el Cambio (APC), empossado em 2008.

No início do século 21, superados os governos repressivos dos cinco países do Cone Sul, iniciou um movimento de reparação no Chile, Argentina, Uruguai e até mesmo – embora em menor escala – no Paraguai. Para isso, surgiram processos judiciais que buscam responsabilizar altas autoridades e torturadores atuantes durante os regimes ditatoriais. Pinochet, por exemplo, morreu no final de 2006, quando se encontrava em prisão domiciliar, respondendo a diversas ações criminais. Submetido a processos no Paraguai, Stroessner

exilou-se no Brasil, onde morreu também em 2006, no mês de agosto. O Brasil não seguiu esta tendência. Aqui, o Estado reconheceu sua responsabilidade por meio de indenizações pecuniárias concedidas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da SEDH/PR e pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

O saldo estimado das ditaduras do Cone Sul é o seguinte:

Brasil

50 mil pessoas presas

20 mil torturados

356 mortos e desaparecidos

4 crianças provavelmente sequestradas

Uruguai

166 desaparecidos

131 mortos

12 bebês sequestrados

55 mil detidos

Paraguai

De 1 mil a 2 mil mortos e desaparecidos

1 milhão de exilados

Chile

1.185 desaparecidos

2.011 mortos (embora estatísticas extraoficiais falem em até 10 mil assassinados)

42.486 presos políticos apenas em 1976

Argentina

30 mil mortos e desaparecidos

230 crianças sequestradas

Crianças nasceram e tornaram-se adultas antes da democracia voltar ao país depois do golpe militar de 1964. Para o jovem leitor, que não acompanhou os acontecimentos daquela época, seguem algumas informações e dados marcantes ocorridos, no país e no mundo, enquanto os que resistiam à ditadura no Brasil tinham seus direitos violados nos porões do regime.



Ciranda do tempo Ciranda do tempo



Brigitte e a revolução

Em março de 1964, enquanto o Brasil revirava do avesso, a atriz francesa Brigitte Bardot – beldade internacional da época – desfrutava férias no Brasil. Em companhia do marido, Bob Zagury, instalou-se em uma mansão na praia de Búzios, em Cabo Frio (Rio de Janeiro), e declarava, para quem quisesse ouvir, que havia encontrado o paraíso na terra. Enquanto os tanques desfilavam pelas ruas, ela desfilava enrolada apenas por uma toalha, tomando banho de sol como veio ao mundo, conforme a revista *O Cruzeiro*. Indagada sobre o que achou do golpe, BB – como era conhecida – respondeu “Adorei a revolução de vocês”.

Jovem guarda

Descolada da política, surgiu a Jovem Guarda, reinado de Roberto Carlos e sua corte – Wanderléa, Erasmo Carlos, Martinha, Wanderlei Cardoso e companhia limitada. Ao ritmo do chamado iê-iê-iê, Roberto e séquito cantavam amores ingênuos e angústias da juventude classe média. Como os festivais, o programa Jovem Guarda era transmitido ao vivo pela televisão, chegando a ser assistido por três milhões de espectadores, conforme pesquisa do Ibope. Associada às músicas, desenvolveu-se uma máquina comercial para fisgar o “mercado jovem”. A música *Calhambeque*, por exemplo, gerou uma linha completa de produtos: camisas, calças, sapatos, cintos, chapéus, chaveiros.

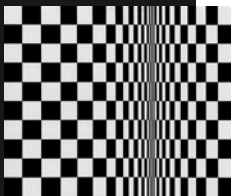


Era dos festivais

A primeira arrancada da ditadura não conseguiu amadourar a música popular brasileira. A chamada MPB procriou tendências ecléticas, algumas até mesmo antagônicas. Desta proliferação vigorosa surgiram os festivais da canção, a partir de 1965. Transmitidos ao vivo pelos canais de televisão, alguns abriram as portas para músicas internacionais. Os festivais reuniram e revelaram talentos como Chico Buarque, Vinícius de Moraes, Edu Lobo, Elis Regina, Maria Bethânia, Caetano Veloso, Gal Costa, Gilberto Gil, Nara Leão, MPB 4, Toquinho, Paulinho da Viola, Jair Rodrigues, Os Mutantes e Novos Baianos, entre outros. Os temas preferenciais eram os pescadores, os camponeses, as agruras do sertão. Algumas músicas traduziam a indignação contra o regime. Entre os compositores mais explícitos destacava-se Geraldo Vandré, autor da lendária *Pra Não Dizer Que Não Falei de Flores*. Mais tarde ele seria preso e torturado pela repressão.

Antiarte e bricolagem

Pop arte, Arte Tátil, Op Art, Nova Figuração, Arte Ambiental, Arte Pop-Creta. Estes eram apenas alguns dos estilos de arte – ou antiarte – que compunham a vanguarda dos anos 60. Com algum atraso em relação ao resto do mundo, o Brasil despertava para as novas formas artísticas. Por esta época, um grupo de artistas cariocas liderados por Hélio Oiticica e Lúcia Clarck “bricolavam” objetos e elementos da sociedade industrial, produzindo obras irônicas e questionadoras do consumismo. Em 1964, – enquanto o Brasil submergia ao conservadorismo militar – as gravuras vanguardistas de Ana Letícia e Edith Behring, e as esculturas de Sérgio Camargo eram premiadas no exterior. Em exposição individual, Oiticica exibiu seus personalíssimos “parangolés” – capas e estandartes simbolizando a completa rebelião no conceito de arte – na respeitada galeria Signals, em Londres.



Ciranda do tempo Ciranda do tempo

Novelas renovadas

No final dos anos 60, a novela *Beto Rockfeller* revolucionou os dramalhões, ganhando a frente dos folhetins chorosos na linha *Direito de Nascer*. Dirigida por Lima Duarte e estrelada por Luiz Gustavo, Beto permaneceu no ar por um ano – de 1968 a 1969. O personagem principal era um legítimo anti-herói: pobre, nada bonito nem talentoso e com o único objetivo de subir na vida sem fazer força. Para isso, frequentava rodas de grã-finos em busca de uma moça rica em quem pudesse aplicar o golpe do baú.



Erupção inconformista

Na década de 60, a literatura brasileira estava num impasse. Os novos escritores não conseguiam superar o impacto renovador de autores como Guimarães Rosa ou Clarice Lispector. Até que, em contraponto ao trabalho dos chamados grandes mestres – e também aos autores de grande público, como Jorge Amado e Erico Verissimo – surgiu uma nova geração, responsável pela “erupção inconformista”. Eles romperam com o elemento discursivo, o lirismo e a lógica realista. A crítica e a criação associaram-se para compor a metaliteratura. Inaugurou-se a era das alegorias, do aprimoramento técnico, tendo a realidade sertaneja, o absurdo e a classe média como grandes temas. Antônio Callado, Autran Dourado, Dalton Trevisan e Marcos Rey surgiram para ficar. Por esta época também despontaram “as malditas” – Adelaide Carraro e Cassandra Rios – que assinavam livros eróticos causadores de escândalo na sociedade.

Liberdade, Liberdade

Os atores não aceitaram pacificamente a mordida da censura imposta pelo regime militar. Nos teatros Opinião e Arena proliferaram as peças de protesto. Dos 120 espetáculos encenados no ano de 1966, apenas dois eram montagens tradicionais. Um dos maiores sucessos da temporada – *Liberdade, Liberdade*, de Millôr Fernandes e Flávio Rangel – trazia uma colagem de falas e documentos de vários autores e personagens históricos. Mesclados com música de carnaval e hinos de resistência, tudo girava em torno da equação liberdade X repressão. Mas a grande surpresa do ano foi a premiação de *Morte e Vida Severina*, ganhadora do Festival de Nancy, na França. O poema de João Cabral de Melo Neto, musicado por Chico Buarque de Holanda, montado pelo Teatro da Universidade Católica (Tuca) de São Paulo, era encenado por artistas amadores.



Che mimeografado

Antes do xerox e da impressora, as cópias dos documentos clandestinos eram feitas em uma geringonça de funcionamento complicado, que tingia a mão dos seus operadores com tinta azul-violeta. Pois nessa máquina eram impressos exemplares de um dos livros mais famosos do final do anos 60: *A Revolução na Revolução*. A obra foi escrita pelo francês Régis Debray, que acompanhou Che Guevara na sua tentativa de articular a guerrilha na Bolívia. Como não havia exemplares disponíveis em português, a única forma de acesso ao texto era a tradução livre reproduzida em mimeógrafo. Nessa época, Cuba havia desativado a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) – criada em 1966 com a finalidade de centralizar e organizar a ação dos grupos guerrilheiros.



Ciranda do tempo Ciranda do tempo



Imprensa amordaçada

A ditadura amordaçou a imprensa. Com o golpe, grande número de jornais e revistas foram fechados. Em contrapartida, surgiram publicações inovadoras. A precursora desta nova qualidade de grandes revistas foi a *Realidade*. A primeira edição, de 250 mil exemplares, editada em abril de 1966, esgotou-se em uma semana. Na redação choveram cartas. No final dos anos 60 a ditadura endureceu e a censura acentuou. Primeiro foi a promulgação da Lei da Imprensa, em 1967, depois o Ato Institucional nº 5, em 1968 e, por fim, a nova Lei de Segurança Nacional, em 1969. Resultado: tudo precisava passar pelo crivo do censor que, de uma penada, subtraía as informações indesejadas. A cada dia, os diretores de redação eram avisados por bilhetes ou telefonemas sobre os temas proibidos. Os censores também passeavam livres pelos jornais, sempre encontrando algo para cortar na última hora. Era necessário introduzir letras de músicas, longos poemas de Camões, logotipos ou receitas de bolo para substituir as notícias proibidas.



Paz e amor

Enquanto os estudantes enfrentavam a polícia no Brasil, os jovens norte-americanos pregavam paz e amor em altos brados, como contraponto a um dos mais sangrentos conflitos bélicos promovidos pelo país de Tio Sam: a Guerra do Vietnã. Apesar da cultura de não-violência do movimento hippies — que em 1967 reunia mais de 350 mil estadunidenses — manifestantes provocavam a ira da polícia ao promoverem grandes concentrações de protesto onde queimavam convocações para a guerra em praça pública. Em uma destas manifestações, tentaram invadir o Pentágono. O episódio resultou em levadas de feridos e 700 prisões.



Roda Viva

Era o fim de uma apresentação da peça polêmica e famosa *Roda Viva* — de autoria de Chico Buarque de Holanda — no Teatro Galpão, em 1968. Exaustos, os atores já se recolhiam aos camarins para tirar a maquiagem e trocar de roupa quando 20 homens armados com cassetetes e socos-ingleses, sob as mãos prudentemente enluvasadas, irromperam no prédio, espancaram artistas, músicos e contraregras, depredando o teatro inteiro, incluindo os equipamentos. A trupe conseguiu deter três deles, antes que fugissem com os demais. Embora identificados como membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), nenhum foi punido.



Sétima arte

Na segunda metade dos anos 60, o cinema brasileiro era uma colcha de retalhos. Em posição oposta ao Cinema Novo de Glauber Rocha — que definia seus filmes como “de guerrilha” e mostrava um país pobre e subdesenvolvido — vicejava a obra de Walter Hugo Koury, voltada para questões existenciais de caráter urbano e sofisticado. Em meio a estes dois pólos, pipocavam os filmes musicais de Roberto Carlos e o terror primitivo de José Mojica Marins, o Zé do Caixão. Nesse ambiente de ecletismo, despontou a produção *O Caso dos Irmãos Naves*, de Luís Sérgio Person, baseada em um fato verídico de erro judiciário. Só nos anos 70, surgiram filmes de conteúdo político explícito, como *Pra Frente Brasil* (foto), de Roberto Farias, que inicialmente foi censurado.

Ciranda do tempo Ciranda do tempo

Maio de 68

Em maio de 1968, estudantes e operários franceses saíram às ruas exigindo mudanças sociais e políticas. Após o fechamento da Universidade de Sorbonne, em 3 de maio, os estudantes passaram a pedir a renúncia do então presidente Charles de Gaulle, que estava no poder há uma década. Em uma sucessão de protestos ao longo de todo o mês, os jovens montaram barricadas, formando verdadeiras trincheiras de guerra nas ruas de Paris, determinados a enfrentar a polícia. Também criaram slogans que viraram símbolos da rebeldia no mundo inteiro. “Seja realista, exija o impossível”, “É proibido proibir” e “Prazer sem restrições” foram algumas dessas palavras de ordem. De Gaulle acabou convocando eleições presidenciais, mas foi reeleito.

No entanto, significativas transformações sociais ocorreram em consequência da mobilização.

Maldição dos Kennedy

Considerado sucessor do presidente assassinado John Kennedy, seu irmão Bob teve o mesmo fim. No dia 6 de junho de 1968, o senador Robert Kennedy, Bob, foi executado a tiros por Sirhan Bishara Sirhan. A morte do promissor político confirmou uma espécie de maldição da família, vitimada por disparos traiçoeiros e desastres aéreos. Na ocasião, Rap Brown, um líder do movimento negro fez o seguinte comentário: “A violência é algo tão profundamente americano como a torta de maçã”.

Black Power

Nos Estados Unidos, a luta contra o racismo assumiu várias faces. De um lado os Panteras Negras, altivos e armados quando preciso, invocando o Black Power (poder negro). De outro, com táticas diferentes, mas ideais semelhantes, Martin Luther King, um pastor protestante, prêmio Nobel da Paz em 1964. Luther King pregava que os poderes civis dos negros deveriam ser conquistados sem qualquer ato de violência. “A resistência passiva significa vontade de sofrer e sacrificar-se. Pode significar também a ida para o cárcere ou a morte física”, disse em certa ocasião, ao ser preso como desordeiro, em 1967. Proféticas palavras. Menos de um ano depois, em abril de 1968, ele seria assassinado por um franco-atirador.

Festival Woodstock

O Festival Woodstock atraiu meio milhão de integrantes da geração paz e amor, vindos de todos os recantos do planeta, e representou a apoteose do movimento hippie. Anunciado como Uma Exposição Aquariana: Três Dias de Paz & Música, realizou-se em uma fazenda da cidade rural de Bethel, no estado de Nova York, Estados Unidos. Originalmente, o mega concerto musical deveria ocorrer na pequena Woodstock, onde morava o músico Bob Dylan, mas a população rechaçou a idéia e o evento migrou para Bethel, a uma hora e meia de distância. Entre 15 e 18 de agosto de 1969, milhares de pessoas, quase todas jovens, viveram a filosofia do sexo, drogas e rock’n roll até as últimas consequências. Trinta e dois dos maiores ícones musicais da época apresentaram-se durante o chuvoso fim de semana. Apesar de tentativas posteriores de reprisar o festival, o evento provou ser único e lendário. O festival rendeu um documentário – Woodstock – lançado em 1970 e que até hoje se encontra disponível nas locadoras de vídeos.



Ciranda do tempo Ciranda do tempo



Homem na Lua

A Guerra Fria travada entre os Estados Unidos e a União Soviética não poupava nem o espaço sideral. Até o final dos anos 60, os soviéticos estiveram sempre um passo à frente dos norte-americanos na corrida espacial. Yuri Gagarin – o primeiro homem a viajar ao redor da Terra, em 1961 – era celebridade mundial, assim como Laika, a cadela astronauta, pioneira nos voos espaciais entre todos os seres da Terra, em 1957. Entretanto, como num passe de mágica, o governo estadunidense virou o jogo ao concretizar o primeiro passeio humano em solo lunar. Eram três os astronautas a bordo do foguete Apolo 11, mas só dois – Neil Armstrong e Edwin Aldrin – pousaram no satélite da Terra, enquanto Michael Collin permanecia em órbita. O desembarque, realizado em 20 de julho de 1969, trouxe a fama especialmente para Armstrong, por ter sido o primeiro a colocar o pé na lua e também pela autoria de uma frase inspirada (e talvez ensaiada): “Este é um pequeno passo para um homem, mas um passo gigantesco para a humanidade”.

Milagre brasileiro

O país entrou em euforia entre 1970 e 1973, quando a economia bateu seu próprio recorde de crescimento. Estava instalado o chamado “milagre brasileiro”, que correu em paralelo e, de certa maneira, camuflou o período mais duro da repressão. Tendo o capital estrangeiro como principal santo miraculoso, tal fenômeno fundamentava-se na política de desenvolvimento acelerado, com a expansão do mercado interno, modernização do sistema de crédito e estabelecimento de uma nova política de exportação, além do fortalecimento do setor estatal representado pelas empresas Petrobras, Companhia Vale do Rio Doce e Siderbrás. Também investiu-se na indústria nacional, por meio do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) e Fundo de Modernização e Reorganização Industrial. As exportações deram um salto, as bolsas de valores expandiram. Anos depois, a sociedade pagaria com juros e correção monetária o preço deste milagre-miragem.

Copa 70

Mais do que oportuna para consolidar a credibilidade do governo militar e a ascensão do milagre brasileiro, a Copa do Mundo de 1970 trouxe a taça Jules Rimet – o maior troféu futebolístico mundial – para o país. A chamada Seleção Canarinho tinha o “rei” Pelé entre seus craques e lavou a alma ferida dos brasileiros. A população nacional acompanhou os jogos ocorridos no México pela televisão, via satélite. E viu a imagem de seus jogadores com os cabelos aparados no estilo cadete. Na comissão técnica, o capitão Coutinho e o tenente Carlesso eram mais que simples preparadores físicos: encarregavam-se também de manter rígidas normas de disciplina. Até as crianças pequenas sabiam cantar o hino da seleção: “Noventa milhões em ação/ Pra frente Brasil/ Do meu coração/ Todos juntos vamos/ Pra frente Brasil/ Salve a Seleção/ De repente é aquela corrente pra frente/ Parece que todo o Brasil deu a mão/ Todos ligados na mesma emoção/ Tudo é um só coração/ Todos juntos, vamos/ Pra frente Brasil, Brasil/ Salve a Seleção”. O caneco foi saudado com um carnaval temporão pelo país inteiro.

Ciranda do tempo Ciranda do tempo

Inferno verde

“A Transamazônica vai transformar o inferno verde num paraíso verde-amarelo”. A frase ganhou um concurso realizado na televisão para promover o que seria uma das grandes obras do governo do general Emílio Garrastazu Médici, iniciada nos anos 70. A estrada – com mais de cinco mil quilômetros, entre as cidades de Estreito, no norte de Goiás, e Humaitá, no sul do Amazonas – prometia desbravar a floresta amazônica e era o carro-chefe do Programa de Integração Nacional. A inauguração oficial da rodovia ocorreu no dia 9 de outubro de 1970, quando o presidente em pessoa, acompanhado de boa parte de seus ministros, voou para a cidade paraense de Altamira, onde foi cortada uma castanheira de 50 metros de altura. Nos anos seguintes a floresta cobrou seu preço. Chuvas, desmoronamentos e rios transbordantes empatarem a obra que, em vez de devorar a mata, abocanhava, cada vez mais, os recursos públicos. Atualmente quase não há vestígios da Transamazônica na região.



Abaixo o analfabetismo

A pretensão do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) era grandiosa: erradicar o analfabetismo em um país com 16 milhões de pessoas privadas do conhecimento da escrita e da leitura. Criado em 1967, mas impulsionado a partir dos anos 70, o Mobral deveria atender cidadãos entre 14 e 35 anos e, de forma rápida, ensiná-los a ler e a escrever. O movimento ganhou até um hino com cara de música popular brasileira, cantado nas rádios em meio à programação normal por seus autores, Dom e Ravel: “Eu venho de campos/ Povoados e vilas/ Caminhando e cantando/ Chorando nas filas/ Seguindo a corrente/ Sem participar/ Me falta a semente do ler e contar (...)/ Você também é responsável (...)”. O detalhe é que o termo “Caminhando e cantando” também foi usado em uma das mais populares músicas de protestos, Pra Não Dizer Que Não Falei de Flores, de Geraldo Vandré. Promissor no início, o Mobral revelou-se um fracasso nos próximos anos, quando proliferaram críticas e denúncias. Além de aceitar alunos com menos de 14 anos – em idade escolar, portanto – ficou evidente que os alfabetizados mal conseguiam soletrar e copiar algumas palavras. As próprias estatísticas oficiais demonstraram que apenas 40% dos inscritos chegava ao fim dos cursos, devido à precariedade das salas de aula, às longas distâncias, aos horários inconvenientes e a falta de pessoal qualificado. O golpe fatal foi a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as irregularidades.



Rir pra não chorar

Com a imprensa acossada pela censura, proliferou pelo país grande número de jornais de oposição, os “nanicos”, que se encarregavam de informar a população sobre os desmandos e abusos cometidos pelo governo golpista. Um deles era muito popular porque suas críticas passavam pelo filtro do humor. O jornal O Pasquim bateu forte no regime, fazendo o povo rir para não chorar. Um dos cartunistas mais populares da época foi Henfil, aliás, membro de uma família que fez clara oposição à ditadura. Seu irmão Betinho esteve exilado e inspirou a música *O Bêbado e a Equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc.



Ciranda do tempo Ciranda do tempo



Caso Watergate

Um dos maiores escândalos políticos do século, o chamado Caso Watergate derrubou o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon. No dia 17 de junho de 1972, em plena campanha presidencial, cinco homens armados invadiram o prédio de Watergate, sede do Partido Democrático (de oposição), para devassar documentos. A conspiração foi desmascarada pelos jornalistas do Washington Post, Bob Woodward e Carl Bernstein. Os repórteres provaram que Nixon e seu vice, Spiro Agnew – reeleitos em novembro de 72 – eram os responsáveis não apenas pela violação de Watergate, como por outros crimes de corrupção, suborno, escuta telefônica e quebra de sigilo de correspondências.



Fim do Vietnã

O que parecia impossível aconteceu. A maior potência bélica do mundo, os Estados Unidos, amargou uma derrota para o pequeno Vietnã, em 1975. No dia 30 de abril, às 10h30min, o governo de Saigon rendeu-se às forças dos vietcongs, passando o poder ao Governo Revolucionário Provisório. Cumprindo a ordem de retirada, dada pelo governo dos Estados Unidos, 81 helicópteros e 33 navios de guerra, centenas de aviões de combate e 6 mil fuzileiros resgataram os mil norte-americanos que ainda residiam na cidade e os cinco mil sul-vietnamitas apoiadores do conflito.

A abertura engatinha

A abertura política brasileira começou a engatinhar e deu seu primeiro passo com a posse do general Ernesto Geisel, em 15 de março de 1974. Nesta data, o país assistiu pela televisão em cores uma festa sem precedentes no período golpista. Para empossar o novo presidente, foram gastos milhões de cruzeiros. Nada menos do que 89 delegações estrangeiras compareceram à solenidade, incluindo os ditadores dos principais países da América do Sul. Apesar de não declarar suas intenções em nenhum momento do seu curto discurso de posse, Geisel chegava ao poder com uma meta bem definida: recolocar o país no caminho da normalidade democrática. Entretanto, ao longo do seu governo ainda iria intercalar medidas distensionistas com um pródigo uso do Ato Institucional nº 5. Na prática, resultou na cassação de mandatos parlamentares e direitos políticos, além do fechamento do Congresso. Por outro lado, promoveu demissões entre a chamada “linha dura” nas Forças Armadas e reduziu o poder dos organismos de segurança. A tortura ainda se prolongaria por metade do seu governo.

Revolução dos cravos

Uma das mais sangrentas ditaduras européias – a do ditador fascista Antonio Salazar, que sufocava Portugal há quase meio século – caiu em 25 de abril de 1974. Neste dia, uma singela canção sobre a liberdade, censurada por Salazar, foi transmitida pelo rádio, dando a senha para os revoltosos marcharem e tomarem a sede do Governo. Além do território português, a tirania estendia-se pelas colônias africanas, onde combatia-se os movimentos de libertação com guerras sangrentas. Deposto o ditador, os portugueses saíram às ruas cantando, com cravos vermelhos nas mãos. No Brasil, Chico Buarque saudou os portugueses com a composição *Tanto Mar*, que dizia: “Foi bonita a festa, pá/ Fiquei contente/ E ainda guardo, renitente/ Um velho cravo para mim”.

Ciranda do tempo Ciranda do tempo

Falso enforcamento

Apesar do presidente Ernesto Geisel ter prometido restaurar a democracia, as torturas e assassinatos não cessaram. O assassinato do jornalista Vladimir Herzog provou isso. Preso no dia 25 de outubro de 1975, ele foi encontrado morto em sua cela. A foto do corpo enforcado desmentia o suicídio alegado pelos órgãos de repressão e denunciava a montagem de uma cena: Herzog tinha os joelhos dobrados para permitir o estiramento da corda. Bastaria ter espichado as pernas e seus pés tocariam o chão com folga. Em outras palavras, ele precisaria esperar ajoelhado até se sufocar. Diante da repercussão do caso, Geisel avisou em alto e bom tom que não iria tolerar mais nada parecido. Entretanto, menos de quatro meses depois, o metalúrgico Manoel Fiel teve um fim semelhante na dependência do Destacamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Foi a gota d'água. Numa atitude sem precedentes desde o Golpe de 64, o presidente demitiu o comandante do II Exército, Ednardo D'Ávila Mello. Mesmo assim, antes da ditadura dar o seu último suspiro, ocorreria mais um assassinato: o do operário Santo Dias, em 30 de outubro de 1979, morto com um tiro durante um piquete, no bairro paulista de Santo Amaro.

Sesquicentenário

O “palavrão” sesquicentenário entrou para o vocabulário cotidiano dos brasileiros em 1972, quando o Brasil comemorou seus 150 anos — o sesquicentenário, portanto — de independência. Por ironia do destino, a data coincidiu com um dos períodos mais duros da ditadura, quando as prisões e torturas atingiram seu auge. Como cortina de fumaça, o governo havia ressuscitado o nacionalismo, combatido em 1964, quando se louvava o modelo americano. Para conservar a coerência, os ditadores pregavam um nacionalismo não xenófobo, mas voltado para a construção de um grande país. A “laranja de amostra” dos governantes era o chamado milagre brasileiro, com seu clima de otimismo, opulência e esperança. Dentro deste espírito, foram promovidos os festejos do Sesquicentenário, que ganhou até um hino especial. Nas telas de cinema, o famoso e questionável grito do Ipiranga virou história romântica, protagonizada pelo casal televisivo Tarcísio Meira e Glória Menezes. Culminando as comemorações, foram trazidos os restos mortais de Dom Pedro I de Portugal para o Brasil.

Vai acabar

Um coro de 10 mil vozes leu em conjunto a chamada Carta Aberta à População, em uma praça pública em frente à Faculdade de Direito do largo São Francisco, no coração de São Paulo. A manifestação, ocorrida em maio de 1977, foi uma das primeiras depois dos chamados Anos de Chumbo e pedia a libertação de operários e estudantes presos em São Bernardo. Um dos trechos mais aplaudidos pela multidão foi: “Hoje, consente quem cala. (...) Porque não mais aceitamos as mordidas, é que hoje exigimos a imediata libertação de nossos companheiros presos (...) É por isso que conclamamos todos, neste momento, a aderirem a esta manifestação pública sob as mesmas e únicas bandeiras: fim às torturas, prisões e perseguições políticas; libertação imediata dos companheiros presos; anistia ampla e irrestrita a todos os presos, banidos e exilados políticos; pelas liberdades democráticas”. Depois, os manifestantes seguiram em passeata sob uma chuva de papéis picados jogados dos prédios. Três meses depois, no mesmo local, o povo aglutinado outra vez, pediu “Estado de direito já”. Na caminhada pelas ruas, a palavra de ordem era “Vai acabar, vai acabar, a ditadura militar”.

Ciranda do tempo Ciranda do tempo

Identidade latina

Nos anos 70, os escritores latinos subiram ao podium dos best-sellers no Brasil. Mario Vargas Llosa, Gabriel García Márquez e Manoel Scorza, entre outros, pontificavam as listas dos mais vendidos. Escudados pelo realismo fantástico, suas histórias traziam forte conteúdo oposicionista às ditaduras latinas. Músicas de protesto também eram cantadas em língua espanhola, ao som dos bombos legueros, sicuris e charangos. Mercedes Sosa, Víctor Jara – assassinado no Chile – Atahualpa Yupanki e Violeta Parra, entre outros, arrebataavam a preferência dos brasileiros inconformados com o regime. A identidade latina, irmanada pelo sofrimento dos países, nunca foi e nunca mais seria tão forte.

Ensaio da democracia

O carrancudo ex-chefe do Serviço Nacional de Informações de Geisel – João Baptista Figueiredo – despojou-se dos óculos escuros e até ensaiou sorrisos, ao assumir a presidência, em 15 de março de 1979, como quinto ditador militar. Ele reprisou a promessa de seu antecessor, de promover a abertura política. Populista, porém rude, ele teve a imagem abalada por um episódio ocorrido em Florianópolis (SC), em novembro de 1979, quando foi desaforado por estudantes. O chefe da nação revidou com palavrões, xingadas e ameaças de agressões físicas. Em outra ocasião, declarou preferir o cheiro dos cavalos ao cheiro do povo. O abalo foi ainda mais forte quando o operário Santo Dias foi assassinado com um tiro da polícia durante uma manifestação grevista em São Paulo. Apesar deste resquício de repressão e dos modos nada diplomáticos, as negociações com os setores de oposição avançaram, ainda que em passos lentos. Antes do primeiro ano de governo acabar, Figueiredo anunciou a volta do pluripartidarismo do Brasil. Desde o golpe, apenas dois partidos - a Arena e o MDB – eram reconhecidos pelos ditadores.

Anistia capenga

“É o dia mais feliz da minha vida”, exultou o ditador João Baptista Figueiredo no dia 27 de junho de 1979, após assinar o projeto de anistia que seria enviado para votação no Congresso Nacional. Aprovada pelos parlamentares em uma apertada votação de 206 votos favoráveis contra 201 desfavoráveis, a anistia de Figueiredo revelou-se capenga. Não era ampla – porque não beneficiava ativistas presos; nem geral – porque especificava quais os “crimes” passíveis de “perdão”; e sequer irrestrita – pois não devolvia aos punidos os cargos e patentes perdidas. Na prática, a lei deixou de fora uma leva de pessoas, entre elas 195 presos condenados pelos chamados “crimes de sangue”. Em compensação, passou a borracha sobre os atos ilegais e desumanos praticados contra presos políticos. Mesmo parcial e restrita, a nova lei permitiu o retorno de exilados importantes na política, como Leonel Brizola – a grande voz do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – e os dois lendários comunistas Luís Carlos Prestes e Miguel Arraes.



Ciranda do tempo Ciranda do tempo

Greve do ABC

A lei antigreve, que resistia aos ventos da abertura, foi varrida do Brasil pelos metalúrgicos do ABC paulista, uma das regiões mais industrializadas do país. Logo após a posse, Figueiredo enfrentou uma paralisação de 180 mil operários. Com a intervenção do ministro do Trabalho, Murilo Macedo, o governo pretendia esmagar a sublevação, segundo ele alimentada pelos comunistas. E, no primeiro embate, pareceu ganhar a parada. Os acordos se revelaram tímidos e os líderes sindicais foram destituídos. Entre eles, destacava-se o jovem Luiz Inácio da Silva, um carismático nordestino apelidado Lula, presidente do Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema. Mesmo afastados, os representantes dos trabalhadores continuaram negociando e, uma semana depois, o governo revogou a intervenção nos sindicatos. A greve, porém, agonizou, mas encorajou o sindicalismo nacional, suscitando uma sequência de movimentos similares em todo o país. Também foi o ventre onde se desenvolveu o Partido dos Trabalhadores, cujo principal líder, Lula, tornou-se presidente da República, anos mais tarde.



Diretas Já

Um milhão e setecentos mil brasileiros gritaram em uníssono “Diretas Já!”, estremecendo o Vale do Anhangabaú, em São Paulo, no dia 16 de abril de 1984. O comício monstro foi o maior entre uma série de eventos similares disseminados pelas principais capitais, onde clamavam vozes saturadas por duas décadas de ditadura tirânica. Reconhecida como uma das maiores manifestações populares já ocorridas no país, a campanha das “Diretas Já!” – lançada um ano antes pelo então senador Teotônio Vilela – teve apoio maciço não só dos perseguidos políticos como dos integrantes da classe artística, intelectuais e representantes de diversos setores. As manifestações tinham o propósito de pressionar governantes e parlamentares a aprovarem a Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para a Presidência da República no Brasil. Apesar da indiscutível vontade popular, a emenda foi rejeitada. O principal avanço concreto foi a eleição de Tancredo Neves como presidente pelo Colégio Eleitoral no ano seguinte.



Presidente civil

Para alguns, era o fim da ditadura. Para os mais céticos, era pelo menos o começo do fim. Mesmo eleito ainda de forma indireta, o mineiro Tancredo Neves seria o primeiro presidente civil, após 20 anos de militarismo. Apesar da frustração da derrota das eleições diretas, o povo aguardava ansioso a posse, marcada para 15 de março de 1985. Na véspera, porém, o futuro presidente foi internado com fortes dores abdominais no Hospital de Base em Brasília. Submetido a sete cirurgias, agonizou por mais de um mês e faleceu em 20 de abril, sendo velado no dia de Tiradentes, sob imensa comoção nacional. No seu lugar assumiu o vice José Sarney. Um mês depois foram reabilitados os partidos comunistas, ilegais desde 1946. No penúltimo mês do ano, ocorreram eleições diretas para prefeitos nas capitais. A primeira votação livre para presidente, em 1989, contou com 22 candidatos – entre eles, Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva, que se enfrentaram no segundo turno. Collor venceu, mas não terminou o mandato. Acusado de corrupção foi obrigado a deixar o cargo, apossado por um processo de impeachment e forte repúdio popular.

Apesar de Você Chico Buarque

Amanhã vai ser outro dia

Hoje você é quem manda

Falou, tá falado

Não tem discussão, não.

A minha gente hoje anda

Falando de lado e olhando pro chão

Viu?

Você que inventou esse Estado

Inventou de inventar

Toda escuridão

Você que inventou o pecado

Esqueceu-se de inventar o perdão

Apesar de você

amanhã há de ser outro dia

Eu pergunto a você onde vai se esconder

Da enorme euforia?

Como vai proibir

Quando o galo insistir em cantar?

Água nova brotando

E a gente se amando sem parar

Quando chegar o momento

Esse meu sofrimento

Vou cobrar com juros. Juro!

Todo esse amor reprimido,

Esse grito contido,

Esse samba no escuro

Você que inventou a tristeza

Ora tenha a fineza

de “desinventar”

Você vai pagar, e é dobrado,

Cada lágrima rolada

Nesse meu penar

Apesar de você

Amanhã há de ser outro dia.

Ainda pago pra ver

O jardim florescer

Qual você não queria

Você vai se amargar

Vendo o dia raiar

Sem lhe pedir licença

E eu vou morrer de rir

E esse dia há de vir

Antes do que você pensa

Apesar de você

Amanhã há de ser outro dia

Você vai ter que ver

A manhã renascer

E esbanjar poesia

Como vai se explicar

Vendo o céu clarear, de repente,

Impunemente?

Como vai abafar

Nosso coro a cantar,

Na sua frente.

Apesar de você

Amanhã há de ser outro dia.

Você vai se dar mal, etc e tal,

La, laiá, la laiá, la laiá??





Fontes

Documentários

15 filhos – (1996) Documentário em Vídeo (Hi-8), direção de Maria Oliveira e Marta Nehring, Brasil (SP), 20 min.

Material didático

Projeto República da Universidade Federal de Minas Gerais
Memorial da Resistência de São Paulo

Livros

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Direito à Memória e à Verdade. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2007

CUNHA, Luiz Cláudio. Operação Condor – O sequestro dos uruguaios – uma reportagem dos tempos da ditadura. Brasília, LP&M, 2008

DE LUCA, Derlei Catarina. No corpo e na alma. Criciúma, Do autor, 2002

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J.A. de Granville. Organizadores. Tiradentes, um presídio da ditadura – Memória de presos políticos. São Paulo, Scipione Cultural, 1997

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. A guerrilha brancaleone. Porto Alegre, Editora Proletra, 1999

PIMENTA, Edileuza; TEIXEIRA, Edson. Virgílio Gomes da Silva – de retirante a guerrilheiro. São Paulo, Plena Editorial, 2009

Outras fontes

Artigo acadêmico, DOR E DESAMPARO – FILHOS E PAIS, 40 ANOS DEPOIS, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes

Jornal Zero Hora – série Desaparecidos, de Diogo Olivier e Rosina Duarte, publicada entre 2 e 6 de julho de 1995

Jornal Zero Hora – série As Cinzas do Condor, de Nilson Mariano, publicada de 27 de junho a 1º de julho de 1999.

O Estado de S. Paulo – notícia “Exército levou quatro bebês de guerrilheiros, diz mateiro”, de Leonencio Nossa, publicada em 14/07/2009

Nosso Século, Fascículos publicados pela Abril Cultural

Aventuras na História – artigo Tancredo Martório e Morte, de Lira Neto - historia.abril.com.br

www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br – Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

www.cartacapital.com.br – Revista Carta Capital - escritor e jornalista Emiliano José, intercala trechos do belo e chocante livro “A Hora Azul”, de Alonso Cueto, com trechos de seu livro “As Asas Invisíveis do Padre Renzo”. Ambos editados pela Casa Amarela (27/10/2008)

www.vermelho.org.br – Vermelho – reportagem de Priscila Lobregatte (24/09/2007)

www.anpr.org.br – Associação Nacional dos Procuradores da República, clipping 02/06/2009

www.wikipedia.org – Wikipédia

www.pco.org.br – Causa Operária Online

www.zerohora.com.br – Diogo Olivier e Rosina Duarte, série de reportagens Desaparecidos, publicada de 02 a 06/07/1995

www.zerohora.com.br – Nilson Mariano, série de reportagens As cinzas do Condor, publicada de 27/06 a 01/07/1999

www.estadao.com.br – Leonêncio Nossa, notícia Exército levou quatro bebês de guerrilheiros, diz mateiro, publicada em 14/07/2009

oglobo.globo.com/paes/noblat – Blog do Noblat





Organização
dos Estados
Ibero-americanos

Para a Educação,
a Ciência
e a Cultura

Secretaria Especial dos Direitos
Humanos da Presidência da República

